



Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná- Nº57 - janeiro/fevereiro - ISSN 1517-0217

sindijor@sindijorpr.org.br
http://www.sindijorpr.org.br

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
3600137940-DR/PR
SIND. DOS JORNALISTAS

Ação sindical

Vitórias dos
jornalistas
na Justiça
PÁGINA 3

Dr. Rosinha

Arquivo Extra Pauta



Capital estrangeiro nos
meios de comunicação
PÁGINAS 8 e 9

Greve nacional



Contra as alterações
das leis trabalhistas
PÁGINAS 14

II Fórum Social Mundial

Por uma comunicação
diferente
PÁGINAS 22 a 25

O diploma é constitucional



A exigência de Curso Superior para o exercício da profissão de jornalista é constitucional e deverá ser mantida. A suspensão da liminar da juíza Carla Rister não foi concedida num primeiro momento, mas deverá acontecer no julgamento do recurso, que vai ocorrer a qualquer momento, segundo a assessoria jurídica da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

PÁGINAS 16 a 18

Mauri König

O recordista de
prêmios do Paraná
PÁGINAS 20 e 21

Reforma gráfica

Jornais do Paraná
mudam o visual
PÁGINAS 12 e 13



editorial

Crise da imprensa ou crise do governo?

Mário Messagi Júnior

A crise da imprensa é nacional. Vários jornais, no Brasil todo, estão reduzindo custos e demitindo profissionais. A crise da imprensa no Paraná talvez pudesse ser interpretada como apenas a faceta estadual desta crise. Mas não é bem assim. Por mais que os empresários paranaenses atribuíam a crise à subida do dólar, o aumento do preço do papel e à retração do mercado publicitário, é necessário interpretar estas causas de maneira adequada.

Retração no mercado publicitário deixa entender que, em função de fatores econômicos, as empresas estão investindo menos em anúncios. Vale ressaltar, no entanto, que os governos estadual e municipais são os maiores anunciantes. A crise da imprensa paranaense tem relação direta com a crise no governo.

O governo do PFL, nos últimos sete anos, quebrou o Estado, seja com gastos irresponsáveis, seja com desvio de dinheiro. Os jornais paranaenses, subservientes ao poder de plantão, fizeram-se de cegos. O governo trabalhou sem obstáculos, sem críticas e pode, no desconhecimento da opinião pública, conduzir o Estado à situação miserável em que ele se encontra.

Neste jogo de interesses, quem é lesado em primeiro plano é o leitor, privado do direito de ter acesso a informações, condição necessária para o exercício da democracia. Os empresários da área de comunicação

negligenciam que o jornalismo é um serviço voltado para o interesse público em qualquer país civilizado. Tomam os jornais como instrumentos de exercício do poder, seja para apoiar grupos, seja para fazer campanhas eleitorais para si mesmos.

Os jornalistas também são lesados. Nas redações, frustram-se a cada dia, a cada assunto não pautado, a cada matéria alterada, cortada ou derrubada. Profissionalmente, trabalhar em redação de jornal diário no Paraná vai se tornando um fardo terrível. Jornalistas que acreditam, ainda, que jornalismo é serviço voltado para o interesse público são privados de qualquer possibilidade de exercício digno da profissão.

Por outro lado, os empresários da comunicação não conseguem imaginar projetos de médio e longo prazo que façam da imprensa paranaense um negócio capitalista, voltado para a busca de leitores e de anunciantes privados que permitam autonomia editorial. Sem independência editorial e caracterizada por este sistema de influências políticas e editoriais, a imprensa paranaense é uma das menos lidas do país. E se espantam os empresários que os gaúchos leiam jornais do Rio Grande do Sul quatro vezes mais que os paranaenses lêem jornais do Paraná. A imprensa paranaense vive num estágio pré-capitalista, no exato lugar onde os modernos empresários da comunicação a colocaram. Lesam, assim, a população, no seu direito, e a categoria dos jornalistas, na sua dignidade profissional.

O governo paranaense, arcaico, também contribui para que a imprensa seja um brinquedo político. Aos desafetos, aos que tentam produzir jornalismo independente, nenhuma verba publicitária. Seus mandatários se sentem tranqüilos para elaborar manchetes de jornais privados entre as paredes do Palácio Iguazu (cena que presenciei na incômoda presença de Rafael Greca).

Quando o Estado, por fim, quebra, os jornais perdem grande parte de sua receita e entram em crise. Demitem, operam cortes, não respeitam direitos, leis, Convenção Coletiva. E, mais uma vez, os jornalistas são prejudicados.

Circula de boca em boca uma história de que o dossiê sobre o caixa 2 da campanha de Cássio Taniguchi foi oferecido a vários jornais paranaenses e recusado por todos. Aceito pela Folha de São Paulo, deu no que deu. A história pode ser falsa e, por falta de provas, não serve para fundamentar nenhuma crítica. A questão é que a história soa como verdadeira. Se os seus personagens fossem os grandes jornais de São Paulo, soaria falsa. Não por que a Folha de São Paulo e o Estadão são mais comprometidos com o interesse público. Ao longo do tempo, estes jornais também já lançaram sombras sobre temas quando lhes era conveniente. Mas a Folha e o Estadão são empresas capitalistas, com interesse em leitores e, conseqüentemente, anunciantes. No Paraná, pelo jeito, ainda não chegamos nem a isso.

Mário Messagi Júnior é presidente do Sindicato

opinião

A hora não é boa

Emerson de Castro Firmo

A última campanha salarial dos jornalistas paranaenses trouxe uma questão que há muito tempo vem sendo avaliada entre os próprios jornalistas e obviamente pelas empresas. A possibilidade de ampliar, de forma regular, a jornada diária de cinco para sete horas. Destaco a "forma regular" porque vem sendo mais que comum a ampliação para muito mais que sete horas em algumas redações, não contando assessorias. Um caso comum e denunciado pelo Sindicato é o do jornal Gazeta do Povo, onde o período de trabalho pode facilmente ultrapassar dez horas, sobretudo nos casos de editores, mas os repórteres não ficam muito atrás. Importante: como não há registro de entrada e saída, os jornalistas não recebem hora extra.

Há quem diga, observando o caso específico de Curitiba, que a cidade cresceu, ficou caótica ao ponto de tornar-se impossível cumprir duas pautas externas em cinco horas. Não há como negar essa dificuldade. Mas será que este é o ângulo correto de encarar a questão, do ponto de vista dos profissionais?

Entendo que não é ideal dar as costas para a conjuntura em que vivemos, e que nos mostra um desemprego crescente, em parte provocado por uma crise de mercado, mas em boa parte também uma crise de capacidade administrativa entre proprietários e administradores de empresas jornalísticas.

Não creio que haja novidade na reivindicação dos jornalistas: aumentando o tempo de cinco para sete horas, será necessário que as empresas paguem um adicional equivalente de exclusividade do profissional com o veículo. Além disso, nesses casos, deve ser estabelecida a impossibilidade de hora extra.

Para os que imaginam ser melhor receber um pouco mais por sete horas, do que não receber nada, é importante alertar: as sete horas e seu valor de custo passarão a ser, na prática, a regra para jornada e salários entre as empresas. Além disso, ninguém garante que nos próximos anos, com um endurecimento nos acordos por parte dos patrões, percamos esse acréscimo.

Atualmente o grande impedimento para que seja imposta garganta abaixo a jornada de 7 horas é a remuneração de hora extra com 100% de acréscimo, vigente na Convenção Coletiva

de Trabalho. Esse tem sido, há bastante tempo, o mecanismo que estimulou um mínimo aumento de vagas nas empresas até meados de 2001. Poderia não ter ocorrido, caso a exploração dos jornalistas já empregados pudesse ser maior, sem o adicional de 100%.

Mais que uma questão de negociação, o problema do aumento da jornada parece-me absolutamente inoportuno. Não é uma boa hora para caminhar no sentido contrário ao da diminuição da carga diária de trabalho, como ocorre com os trabalhadores em geral, em outros países. Aliás, muito ao contrário, precisamos sim de mais vagas e não de menos.

Embora o Sindicato nunca tenha, em sua história recente, se recusado a negociar qualquer item com as empresas, desde que em bases coerentes, considero impróprio o momento para colocar a questão em pauta. Já basta estarmos reféns da incompetência administrativa, da inaptidão para a visão empresarial jornalística de alguns dos proprietários. Não é hora para abrir qualquer tipo de diálogo que sirva para nos retirar direitos.

Emerson de Castro Firmo é jornalista

expediente	Extra Pauta é órgão de divulgação oficial da gestão Extra Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. Fone/Fax (041) 224-9296. E-mail: sindjor@sindjorpr.org.br	Redação Casemiro Eugênio Linarth casemirolinarth@bol.com.br Colaboraram nesta edição Alexandre Palmar, Douglas Furiatti, Emerson de Castro Firmo, Gil Castello Branco, Marcelo Lima, Mário Messagi Júnior, Rogério Galindo, Silvio Rauth Filho.	Edição Gráfica Leandro Taques Tiragem 3.000 exemplares
	Jornalista Responsável Mário Messagi Júnior Reg. prof. 2963/11/1012	Fotografias José Suassuna, Carlos Gomes. Ilustrações Simon Taylor	As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.

ação sindical

Jornalistas têm nova vitória na Justiça

Demitidos da Gazeta Mercantil recebem salários e indenizações rescisórias

Os jornalistas demitidos pela Gazeta Mercantil em novembro de 2001 chegaram a um acordo com a empresa. Na audiência realizada na 9ª Vara do Trabalho, no dia 23 de janeiro, a empresa aceitou pagar os salários atrasados e indenizações rescisórias dos autores do processo. Ela só tomou essa decisão porque não tinha outra alternativa, já que R\$ 325 mil foram bloqueados por uma liminar concedida pela Justiça do Trabalho. O recuo da empresa, que adotava uma política de somente fazer acordos com redução dos valores e parcelamento da dívida em 36 meses, se deu com a concessão de liminar que bloqueou todo o seu faturamento no Paraná.

“O trabalho da assessoria jurídica do Sindicato foi perfeito e garantiu uma vitória expressiva para os jornalistas”, comemorou o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Mário Messagi Júnior. “Pelos informações que recebemos, o Sindicato do Paraná foi o único a ter vencido uma ação contra a Gazeta até o momento”, completa Messagi.

Juiz mantém liminar

Antes, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná já havia obtido na Justiça outra vitória importante contra a Gazeta Mercantil. O Tribunal Regional do Trabalho manteve a liminar concedida no ano passado pela juíza Nancy Mahra Oliveira, da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, que bloqueou dinheiro em seis agências de publicidade destinado ao pagamento de anúncios no jornal.

A decisão do TRT rejeitou um pedido de liminar em mandado de segurança impetrado pela empresa, que pedia a cassação da liminar que havia bloqueado seus créditos. “A decisão foi de grande importância, pois é muito difícil conseguir e manter uma liminar na Justiça do Trabalho”, afirma o assessor jurídico

do Sindicato, Sidnei Machado.

A decisão se referia a ação cautelar movida pelo Sindicato, com o objetivo de garantir o pagamento de dívidas trabalhistas de 13 funcionários demitidos irregularmente pela empresa em 7 de novembro do ano passado, data em que a Gazeta Mercantil fechou sua regional em Curitiba, transformando-a em sucursal, com apenas três repórteres. Em sua decisão, o juiz Fernando Eizo Ono rejeitou o pedido de cassação impetrado pela empresa, ressaltando que a medida liminar concedida visava satisfazer o pagamento de salários de outubro de 2001 e as verbas rescisórias decorrentes da demissão dos



funcionários. Foi determinado o bloqueio de R\$ 325mil.

Empresa é multada pela DRT

A ação da Delegacia Regional do Trabalho em relação às irregularidades cometidas pela Gazeta Mercantil foi muito rápida. O Sindicato dos Jornalistas protocolou a denúncia das demissões irregulares no dia 21 de novembro e já no dia 30 do mesmo mês a DRT autuou e multou a empresa em R\$ 11.913,66 por não efetuar o pagamento mensal de outubro no prazo legal, não pagar as verbas rescisórias e a multa rescisória e não recolher o FGTS.

Gazeta volta a contratar

Reconhecendo o erro de ter transformado a unidade regional estadual no Paraná em sucursal, a Gazeta Mercantil transferiu para Curitiba a sede de sua edição regional abrangendo os três Estados do Sul, que estava sendo fechada em Porto Alegre, e deslocou para cá o diretor da regional, Ivanir Bortot. A mudança ocorreu por motivos comerciais, pois Curitiba vinha apresentando melhores resultados financeiros que a capital do Rio Grande do Sul.

Mesmo com problemas financeiros, a Gazeta Mercantil Sul voltou a contratar em Curitiba. Mais três jornalistas e dois diagramadores estão trabalhando na sua redação, que unificou as edições regional e nacional. E há a intenção de admitir mais jornalistas. Enquanto isso, os profissionais que foram mantidos na redação ainda não receberam o salário de outubro nem o 13º. Os salários de novembro, dezembro e janeiro foram pagos pela metade. Em fevereiro foi pago salário integral, e a direção nacional da empresa prometeu que de agora em diante não haverá mais atraso nos salários. Também prometeu colocar em dia todos os atrasados anteriores.

Sérgio Thompson Flores, empresário da WorldInvest que decidiu resolver os problemas financeiros da Gazeta, ainda está em negociações com possíveis investidores. O futuro sócio terá que aplicar R\$ 160 milhões no jornal, valor correspondente ao passivo da empresa. Na capital paulista, os salários de janeiro saíram em atraso e só no dia 21/2 a Gazeta Mercantil depositou metade dos 40% do adiantamento dos salários referentes ao mês de fevereiro.

DRT multa empresas jornalísticas

O Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), autuou e multou quatro empresas de comunicação do Paraná por manterem empregados trabalhando em condições contrárias às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Decreto 83284/79, acolhendo denúncias feitas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Três dessas empresas são de Curitiba e uma do interior do Estado. A DRT está cumprindo a sua parte, procedendo a investigações em várias empresas para coibir abusos, conforme determina a lei.

Em Curitiba, além de atuar a Gazeta Mercantil

pela prática de várias irregularidades (*ver matéria nesta página*), a DRT multou a CNT por manter ma estagiária em situação irregular. O mesmo procedimento foi adotado pela Delegacia em relação à Editora O Estado do Paraná por ter contratado Airton de Lima Moraes, que não tem registro profissional de jornalista. A multa teve efeito. O funcionário irregular foi substituído por um jornalista profissional.

No interior do Estado, a DRT realizou fiscalização em quatro empresas de comunicação de Umuarama. Encontrou irregularidades na Tribuna de Umuarama, que foi autuada por manter na redação um

empregado que não apresentou registro de jornalista profissional.

“A Delegacia Regional do Trabalho tem feito o que é possível. A atuação é exemplar, se for considerado o reduzido número de fiscais e a grande demanda de denúncias”, afirma Mário Messagi Júnior, presidente do Sindicato. “Muitas empresas acreditam que podem descumprir a lei que nada acontecerá, que o Sindicato não fará a denúncia e que o Ministério do Trabalho não fiscalizará. É um grande engano. Entregamos mensalmente dezenas de denúncias para a DRT e a multa para os infratores é só uma questão de tempo”, alerta Messagi.



ação sindical

Sindijor propõe reajuste de 7,32%

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná enviou, no final de janeiro, ofício para os departamentos de Recursos Humanos de 243 empresas jornalísticas do Estado propondo a aplicação do reajuste de 7,32% (INPC integral) sobre os salários de outubro de 2001. Com a concessão deste índice, as empresas estão dispensadas de fazer um plano de previdência privada para seus empregados, depositando, mês a mês, 5% do salário nominal. Foram oficiadas todas as empresas que constam do cadastro do Sindicato.

A possibilidade de optar pelo reajuste em detrimento do plano de previdência privada está prevista no parágrafo sexto da cláusula 9ª da Convenção Coletiva do Trabalho - CCT (www.sindijorpr.org.br/cct2001-2002.htm). “Esta cláusula gerou o maior impasse no processo de negociação, mas era muito importante garantir, juridicamente, que as empresas pudessem adotar o reajuste integral da inflação”, explicou Sidnei Machado, advogado do Sindicato.

A redação da cláusula, depois que o acordo já estava aprovado, tomou cerca de três semanas, em idas e vindas entre os sindicatos de jornalistas do Paraná e de Londrina e os sindicatos patronais. Em consequência, a Convenção só foi homologada em 11 de janeiro de 2002, no Ministério do Trabalho. Com isso, o reajuste do salário, retroativo a outubro, acabou ficando para fevereiro.

Na avaliação dos representantes dos jornalistas durante o processo de negociação, o mecanismo de previdência privada seria muito complicado para empresas pequenas, que poderiam achar mais



vantajosos conceder o reajuste integral. Mesmo empresas de médio porte poderiam optar pela reposição da inflação. “Precisávamos criar uma alternativa. Agora, cabe às empresas conceder ou não o reajuste. A possibilidade existe”, afirma Silvio Rauth Filho, coordenador da Campanha Salarial 2001/2002.

Além de abrir a possibilidade de reajuste integral, a CCT, no parágrafo quinto da cláusula 9ª, estabelece que as empresas não podem, sob nenhuma alegação, deixar de adotar o plano de previdência ou conceder o reajuste. Se dentro de um mês após a homologação da CCT no Ministério do Trabalho as empresas não aderirem

ao plano de previdência privada, estarão obrigadas a efetuar o reajuste de 7,32% retroativo a outubro de 2001. O prazo limite foi 11 de fevereiro.

Jornalistas devem questionar

Os jornalistas podem, e devem, questionar as empresas sobre o reajuste ou a adoção do plano de previdência privada. Caso a empresa alegue que não recebeu nenhuma notificação, entre em contato com o Sindicato dos Jornalistas. A entidade pode negociar com as empresas individualmente ou prestar maiores informações aos departamentos de Recursos Humanos e aos jornalistas.

Negociação permanente com as empresas

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná enviou, no dia 4 de fevereiro, um ofício ao sindicato patronal propondo a instituição de um calendário de negociações permanentes, começando em fevereiro. As negociações permanentes estão previstas na cláusula 51 da Convenção Coletiva de Trabalho 2001/2002 (www.sindijorpr.org.br)

O calendário proposto pelo Sindicato prevê sete temas, um por mês (veja quadro). São eles: saúde, formação e estágio regulamentado;

direito autoral e PLR; emprego, salário e ética; jornada e horas-extras não-remuneradas; e anuênio e plano de cargos e salários. O calendário inclui assuntos que, desde a última campanha salarial, têm sido levanta-dos pelo sindicato patronal, como jornada e anuênio. No entanto, inclui também diversos temas de interesse da categoria.

Dos temas propostos, apenas três (PLR, plano de cargos e salários e estágio regulamentado) não têm nenhuma cláusula na Convenção Coletiva.

Os demais possuem, todos, alguma regulação ou, pelo menos, a determinação de que devem ser discutidos, como é o caso do direito autoral.

Com as negociações permanentes, o Sindicato pretende amadurecer o debate com as empresas para realizar, a partir de setembro, negociações mais evoluídas com os patrões. “Quando deixamos tudo para a campanha salarial, nunca conseguimos amadurecer os assuntos”, afirma Mário Messagi Júnior, presidente do Sindicato.

CALENDÁRIO DA NEGOCIAÇÃO

MÊS	TEMA
Fevereiro	saúde
Março	formação e estágio regulamentado
Abril	direito autoral e PLR
Junho	emprego, salário e ética
Julho	jornada e horas-extras
Agosto	anuênio e plano de cargos e salários
Setembro	primeira negociação para renovar a CCT

imprensa do paraná

Grupo RPC demite 28 e fecha o jornal Primeira Hora

O jornal Primeira Hora, do grupo Rede Paranaense de Comunicação, circulou pela última vez no dia 31 de janeiro. Dos 22 jornalistas que trabalhavam na sua redação, nove foram demitidos e os demais aproveitados pela Gazeta do Povo, que dispensou igual número de profissionais para admiti-los na sua rotina de trabalho. No total, o grupo despediu 28 funcionários, incluindo repórteres, diagramadores e repórteres-fotográficos. Paulo Krauss, ex-chefe de redação do Primeira Hora, desligou-se da empresa, e Rogério Pereira, ex-editor chefe recebeu proposta para ocupar cargo de chefia na Gazeta do Povo, mas não se definiu ainda.

A área que mais sofreu com as demissões na Gazeta do Povo foi a Central de Redação, estrutura que reunia pessoal de rádio-escuta e pré-produção. Ali foram dispensados quatro profissionais. Da geral saíram três jornalistas. Também foram desligados um profissional do Esporte, um do Caderno G, um de Economia, um da Internacional e a subeditora de Nacional. As demissões não ficaram restritas ao pessoal de texto. No fotográfico, foram três casos. Entre os diagramadores, foram cinco demitidos.

A decisão de fechar o Primeira Hora foi tomada pela diretoria do grupo porque a receita de publicidade não estava correspondendo ao que havia sido planejado. Mesmo vinculando sua vendagem a promoções de entrega de prêmios, como painéis e faqueiros, e outros brindes, o jornal, que foi lançado em 20 de novembro de 1999, vinha vendendo 9 mil exemplares, segundo uma fonte do grupo.

No dia 29 de janeiro, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná fez uma reunião com os demitidos, que foram orientados pelo advogado Sidnei Machado sobre como proceder para garantir todos os seus direitos. No dia anterior,



jornalistas do Primeira Hora e da Gazeta haviam participado de uma assembléia no Sindicato e pediram mais transparência da direção da empresa e definição dos critérios para as demissões. Na assembléia, os jornalistas se queixaram que a direção do grupo RPC não se preocupa com os funcionários, mas apenas com a imagem da empresa. Além disso, não oferece aos jornalistas um clima tranquilo para trabalhar na Gazeta do Povo, colocando-os sob constante pressão.

Em reunião realizada com a diretora da Gazeta do Povo e do Primeira Hora, Ana Amélia Filizola, o presidente do Sindicato, Mário Messagi Júnior, encaminhou o pedido dos jornalistas à direção da empresa e cobrou o não cumprimento da cláusula 37 da Convenção Coletiva de Trabalho para os anos 2001/

2002 e também o pagamento de horas-extras para os profissionais da Gazeta do Povo. A empresa sinalizou a possibilidade de discutir o assunto e fechar um acordo na Justiça do Trabalho.

De acordo com a cláusula 37, nos casos de dispensa coletiva, as empresas deverão obedecer aos seguintes critérios preferenciais: inicialmente, os empregados que, consultados previamente, preferiram a dispensa; em seguida, os empregados beneficiados com aposentadoria definitiva pela Previdência Social ou por alguma forma de Previdência privada; finalmente, os empregados com menor tempo de casa e, entre estes, os solteiros, os de menor faixa etária e os de menores encargos familiares.

A assessoria jurídica do Sindicato está preparando ações jurídicas contra as ilegalidades cometidas pela Gazeta do Povo. Além de processos coletivos, a maioria dos demitidos já entrou com ação para receber horas-extras e comissionamentos não devidos pela empresa. “Vamos convencer todo jornalista a processar a empresa para que receba seus direitos. Não vamos descansar até que todos entrem com as ações”, avisou Mário Messagi Júnior, presidente do Sindicato.

Primeira leva

O Primeira Hora já havia demitido anteriormente 12 jornalistas, reformulando seu quadro de profissionais. Seis foram despedidos nos dias 18 e 20 de julho do ano passado, entre eles dois editores. O editor-chefe Pedro Corrêa já havia saído antes e o chefe de redação Francisco Camargo retornou à Gazeta do Povo. Em substituição, foram contratados quatro jornalistas: dois repórteres, um editor e um chefe de redação. Entre demissões e contratações no ano passado, houve no jornal uma diminuição de pelo menos cinco postos de trabalho.

Sindicato processa Folha de Londrina

Além de demitir 14 jornalistas em outubro e novembro do ano passado a pretexto de resolver seus problemas financeiros, a Folha de Londrina, sob o comando de José Eduardo Andrade Vieira, vem descumprindo sucessivamente, desde o segundo semestre do ano passado, várias obrigações trabalhistas com seus funcionários.

Inicialmente, cortou de maneira ilegal o vale-refeição de todos os seus trabalhadores. Em seguida, deixou de recolher o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Desde o início do segundo semestre do ano passado, vem atrasando sistematicamente o pagamento de seus empregados. Somente no dia 14 de fevereiro os jornalistas

receberam o pagamento integral do salário de dezembro, sem juros e correção monetária.

Há três meses, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná vem fazendo gestões junto à direção da Folha de Londrina para que cumpra as obrigações trabalhistas. Como não obteve nenhum resultado, o Sindicato dos Jornalistas entrou na Justiça do Trabalho com ação para obrigar a empresa a fazer o depósito do Fundo de Garantia que não foi recolhido e deve entrar com ação para que ela pague multa pelos atrasos sucessivos dos salários.

O mesmo procedimento vem sendo adotado pelo Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná. Depois

das demissões do ano passado, a Folha de Londrina conta com 57 profissionais em sua sede, entre editores, redatores e repórteres. Na sucursal de Curitiba trabalham 21 jornalistas, sendo que duas profissionais entraram em licença-maternidade e uma terceira está na Austrália fazendo curso de aperfeiçoamento.

Corte ilegal

Embora a Folha de Londrina fosse a única empresa de comunicação no estado a oferecer vale-refeição para seus funcionários, seu corte é ilegal porque caracteriza perda de salário, o que vai contra o que determina a legislação trabalhista.



imprensa no paraná

O que está acontecendo nas empresas jornalísticas paranaenses

Emerson de Castro Firmo

O desaparecimento do jornal Primeira Hora de forma prematura, com pouco mais de dois anos de vida, deixou muita gente do meio jornalístico de boca aberta. Não era são mais um jornal, ou mais um projeto desses que nascem com previsão de morte certa, caso qualquer coisa d  errado. Brotava de dentro da editora Gazeta do Povo, uma empresa sólida financeiramente, apesar de manter uma administra o familiar, coisa problemática nos dias atuais. Tudo indicava uma proposta que embora nova, na pior das hipóteses, teria que sofrer ajustes, mas nada comparado ao lac nico anúncio de fechamento abrupto, no final de janeiro passado.

Para os jornalistas, o resultado esperado: mais de duas dezenas demitidos pela Editora. Digo Editora porque, ao fechar suas portas, o Primeira Hora acabou estendendo o problema para a Gazeta do Povo, que optou entre demitir todos do PH ou ficar com alguns profissionais e cortar cabeças na GP. A segunda op o, menos traumática para alguns, foi surpreendente para outros, que nem imaginavam a hipótese de contamina o entre reda es.

Ainda há quem não esteja entendendo nada. Mas não vamos nos concentrar exclusivamente nestes dois jornais. O problema   infinitamente mais sério. A Folha de Londrina, há pouco Folha do Paraná, têm diminuiu nos últimos anos drasticamente o número de jornalistas tanto em Curitiba como em Londrina, mas a mão pesada dos cortes recaiu mesmo sobre a reda o maior, em Londrina. Na seq ncia vem o Estado do Paraná, que promoveu inúmeros cortes pelo interior do estado (até fechando sucursais) e onde   freqüente a boataria de cortes.

Não dá para deixar de lado o velho e cr nico Indústria e Comércio, onde pouca gente se arrisca a trabalhar, numa inversão de mercado absolutamente coerente para quem conhece um pouco dos históricos problemas trabalhistas que a empresa coleciona até hoje (muitos pendentos, para desespero da parte fraca de sempre, os jornalistas).

Não   possível identificar o que está ocorrendo olhando somente para a situa o paranaense. Bem vindos   globaliza o. Qualquer rela o com a situa o de gigantes da comunica o do país - que têm guardam algumas semelhanças com as empresas paranaenses, seja por laços efetivos, seja pelo tipo de administra o familiar que cultivam - não   mera coincidência.

A salva o dessa lavoura, que admitamos têm poder ser nossa como mercado de trabalho, para a visão empresarial   a possibilidade de entrada do capital estrangeiro. Em que pese as implica es disto para o exercício do jornalismo ou para o controle da informa o sob a  tica do cidadão, deixo agora de

lado estas questões para observar as possibilidades de êxito dessa empreitada. Mais uma vez, destaco que estamos falando dos grandes grupos nacionais, permanecendo os grupos paranaenses num segundo plano.

Abalando estruturas

Nos últimos 20 anos, a cansativa globaliza o vem gerando efeitos que, como o velho ditado diz, "tarda mas não falha". Noticiamos no início dos anos 1980 os feitos de Margaret Thatcher na Inglaterra na dire o das privatiza es, do enfrentamento aos trabalhadores e posterior quebra de seus direitos, do fim de um estado de bem-estar social que aqui no paraíso perdido sequer chegamos a sentir o cheiro (mas era referência). Os Estados Unidos de Ronald Regan (e o sujeito era ator de cinema, hein...) antes dela, e não por acaso exercendo influência evidente na Dama de Ferro, traziam   tela mundial o espetáculo do reforço às no es liberais de Adam Smith no século XIX, agora denominado neoliberalismo (nem sempre o que   novo   bom, não   mesmo...). O mercado   quem sabe tudo, regula tudo: salve o mercado (aliás quem   o tal de mercado, se não   o Walter). Ao Estado nada, fora com a presença do Estado em qualquer instância, mesmo aquelas em que ele foi criado para regular os choques de interesses, baseado em no es democráticas (uma inutilidade, pois o mercado faz isso muito melhor, não   mesmo...).

Têm noticiamos a queda do muro de Berlim, para regozijo dos robertocampos da vida; o fim da União Soviética (idem), a derrocada de uma era bipolar em que EUA e URSS dividiam o mundo como áreas de influência. Paralelamente, a Europa começa a ferver em greves, porque o tal estado de bem-estar social estava em declínio geral. Quem prestou a aten o em filmes franceses, ingleses, alemães ou espanhóis da época, para citar alguns, assustou-se ao perceber pessoas pobres, gente brigando por emprego, lutando contra imigrantes, uma ascensão do trabalho precarizado como forma de subsistência.

Para completar, noticiamos ainda o início de uma moviment o empresarial que nos traz de volta ao ponto em questão. A no o de que   necessário ampliar infinitamente os mercados (Marx já previa isso) ao menor custo, o que significa não abrir novas empresas para competir, mas forçar a venda das que já existem. As regras do jogo começavam a empurrar as empresas mais fracas para a boca faminta das mais fortes.

Bem, chegamos de volta ao Brasil e ao Paraná. Privatiza es   parte, assistimos ao desaparecimento de várias empresas tradicionais, algumas apenas mudando de nome e dono, mas têm demitindo muito. As mesmas regras do jogo reforçam a automa o onde ela   possível e onde não  , que a

tigrada trabalhadora funcione como máquina (leia-se: muito sangue e esforço para nenhum dinheiro, são prazer de trabalhar). Fazem parte do processo a terceiriza o, o trabalho temporário, a carteira de trabalho guardada na gaveta de casa com os papéis inúteis que quase todo mundo guarda.

E a imprensa como   que fica?

Pois bem, o que os grupos de comunica o têm a ver com tudo isso? Ninguém escapa ao olho que tudo v , no caso o mercado. Com a transnacionaliza o das empresas, o mercado publicitário têm diminuiu (praticamente não existe atualmente  g ncia de publicidade grande que não esteja acoplada de alguma forma a outra maior internacional). Isso diminuiu drasticamente o volume de anunciantes, como têm dificultou o acesso aos próprios anunciantes em potencial, na medida em que estes centralizam decisões, o que necessariamente não ocorre no Paraná.

Tudo isso está fazendo com que a imprensa do Paraná entre quase em desespero. E não   um fato exatamente novo. Há poucos anos assistimos a uma altera o no quadro, digamos geoecon mico, das empresas. A Gazeta do Povo aventurou-se na compra do Jornal de Londrina, além de manter rela es cordiais com outras empresas menores dentro do estado, estabelecendo, na prática, áreas de influência. Têm criou o Primeira Hora, uma promessa de jornalismo voltado para a comunidade. Mais que isso, as empresas de Francisco Cunha Pereira Filho estão agora reunidas sob a sigla RPC, têm uma iniciativa que pode ser considerada estratégica.

A Folha de Londrina tornou-se por algum tempo Folha do Paraná, visando uma competi o estadual, movimento que pode revelar-se no futuro um erro t tico de José Eduardo Vieira, mais ou menos admitido há pouco, quando retornou ao velho e consagrado nome.

O Estado do Paraná, de Paulo Pimentel, têm passa por uma reestrutura o. Depois dos inúmeros boatos - alguns confirmados - da tentativa de compra das empresas pela RBS, foram fechadas diversas sucursais no interior do estado e jornalistas demitidos, o que não significa o fim do processo.

Há saída?

Tudo indica que as empresas estão se movimentando para novas estrepolias na tentativa de manter-se de p . Como isso pode ser possível? Investimentos estrangeiros   uma hipótese. Mas recentemente, em entrevista   revista Carta Capital, um empresário que faz a ponte entre gigantes da comunica o mundial e empresas brasileiras com a finalidade de estabelecer uma negocia o observou que isso está bastante difícil. O motivo: o sistema arraigado da tradicional administra o familiar. Nada

contra pessoas, mas quando a administração de um negócio é feita sob lógicas distantes do mercado - leia-se uma lógica familiar, portanto sem considerar custo-benefício de algumas idéias, ou mesmo avaliar emocionalmente questões eminentemente objetivas - fica difícil imaginar o investimento estrangeiro entrando porta adentro. Ninguém é santo nesse ramo dentro e fora do Brasil, mas a diferença é que lá visa-se o lucro, enquanto aqui tem-se visado o puro e simples corte de custos, para manter a mesma lógica de administração. Em sociedades anônimas, o acionista precisa ver os lucros e dividendos no final do ano, o que exige uma visão empresarial arrojada.

Esse é um problema que, creio, está na raiz das questões que hoje as empresas paranaenses enfrentam. Jornal é empresa, mas vive para servir a comunidade e não o contrário. Em poucas oportunidades, os grupos de comunicação paranaense observaram a comunidade como de fato seu alvo de interlocução, como seria de esperar. Ou seja: os jornais nunca foram e não são feitos para a comunidade, mas para o poder econômico e político. Quando esses poderes se desestruturaram, "a vaca foi pro brejo". É um raciocínio simples, mas que explica o embróglio. Um exemplo: respondam rápido quem é o maior competidor da Gazeta do Povo,

o jornal com maior circulação no estado: ninguém menos que uma certa Folha de S. Paulo, um jornal que também não fala para curitibanos e paranaenses, também sofre as mesmas pressões de mercado, mas mantém um mínimo de interlocução com a sociedade, coisa que já fez infinitamente melhor na primeira metade da década de 1980 (e hoje vive da fama).

Não há no Paraná um projeto jornalístico que realmente esteja fincado no conceito de prestação de serviço à comunidade. Digo prestação de serviço que o jornalismo sempre foi, seja na indicação de programas culturais, seja ao trazer para o debate público (com matérias informativas, interpretativas e opinativas, reportagens e entrevistas) questões emergentes na

sociedade. Este é o papel fundamental da imprensa, o que não é visto como saída porque significaria admitir um erro fatal de décadas. Empresas de comunicação pouquíssimas vezes estiveram ao lado da comunidade paranaense quando esta precisou de um espaço democrático e plural para estabelecer suas tomadas de posição. Infelizmente, se o mercado "tarda mas não falha", o "castigo chega a cavalo", no caso a galope de Zorro.

O que há de ser feito?



Sem imaginar ter bola de cristal e turbante, acredito que esta não é uma situação circunstancial. É estrutural, e para nossa infelicidade (dos jornalistas e da população, sempre no mesmo barco, apesar de alguns dos primeiros não perceberem claramente isto), vai ter seqüelas graves ainda.

A tendência é de enxugamento maior do que o que já estamos vivendo. Entre as estrepolias prováveis das empresas, não descarto a possibilidade surrealista de formarem uma espécie de "pool", dividindo o estado em áreas de influência, ajudando-se mutuamente. Mas é difícil também acreditar na idéia de cooperação solidária entre empresários, cuja noção competitiva nunca termina. Vale lembrar no entanto que sempre

houve uma certa dose de cooperação entre as empresas, na base de acordos verbais, para evitar a disputa pelos melhores profissionais e conseqüentemente a inflação dos salários; para não disputar áreas de interesse como o sensacionalismo, a economia, espaços geográficos de domínio consagrado.

São coisas que o tempo, muito breve por sinal, revelará em que pé estão.

A plebe rude, fará o quê?

Cabe aos jornalistas, apesar da premência da grana para almoçar ou para o jantar (a escolha as vezes é inevitável), observar na lacuna deixada pelas empresas de comunicação de massa a possibilidade de encontrar um espaço profissional muito pouco explorado.

É verdadeiro que nunca a sociedade comunicou-se ou precisou comunicar-se tanto quanto nas últimas décadas. A complexidade das relações exigiu isso. Celulares, internet, bips e similares são um notório reflexo disso. Ao mesmo tempo em que as pessoas precisam das vias de comunicação como os exemplos citados (além de jornais empresariais, sindicais, de associações, de comunidades), também precisam de algo mais, em termos de compreensão analítica das

situações em que estão envolvidas (é o caso do clipping selecionado e comentado, das consultorias em projetos, das assessorias que orientam o assessorado e não simplesmente prestam serviço técnico). Também é verdadeiro que estas áreas já foram descobertas e têm muita gente brigando pelos espaços. Mas isso está relacionado à comunicação dirigida.

Há no entanto algumas brechas ainda pouco observadas no campo da comunicação de massa. A idéia do jornal Primeira Hora teria sido uma espécie de redenção desse problema, não fosse uma triste reprodução do modelo de imprensa vigente no Paraná.

Emerson de Castro Firmo é jornalista

Primeira Hora, o que saiu errado

Quem conhece, mesmo de longe, a história do jornal O Dia, do Rio de Janeiro, sabe que tenho razão. É o jornal que em 1993 atingiu um recorde: um milhão de jornais vendido em banca. Nessa época, mais de 65% da arrecadação do jornal vinha das bancas e 35% de anunciantes. É verdade que essa já não é mais a verdade daquele jornal. Mas o que fez O Dia vender tanto e ainda hoje estar entre os jornais com grande tiragem: sua vinculação aos interesses do leitor. Uma notícia sobre aumento salarial para funcionários públicos é manchete em O Dia, justamente porque este é um público grande no Rio de Janeiro e as pesquisas os apontam como leitores do jornal. Também faz promoções de sorteio de carros, venda de fascículos do dicionário Aurélio e outros penduricalhos, que servem para dar o empurrão final na decisão do

consumidor.

Quando o Primeira Hora apareceu, imaginei algo próximo de O Dia em Curitiba. Uma grande sacada. Aquilo que estava faltando no mercado jornalístico paranaense. Até como exemplo. O projeto seduziu muita gente, inclusive jornalistas com empregos estabilizados, alguns importados de São Paulo. A perspectiva era muito boa.

Para encurtar, creio que não havia maior dificuldade em perceber qual era o ponto para fazer o jornal decolar, mesmo que em dois anos de vida. Era preciso estabelecer um grau de interlocução, de diálogo, de interação com a comunidade curitibana. Ter sensibilidade para os problemas dessa comunidade. Não só faltou a sensibilidade, como o erro dos demais jornais repetiu-se. Uma visão descolada dos interesses

da população, escorada marqueteiramente mais em prêmios, panelas e que tais, do que em informação, notícia para ler. Aliás, com esta noção de brindes como chamariz, nem que as notícias estivessem lá o leitor saberia, pois o peso maior das publicidades sempre foi algo como "compre o Primeira Hora e ganhe tal coisa", quando poderia ser "Leia no Primeira Hora as notícias que interessam a você curitibano, e de quebra ganhe um brinde". O conteúdo jornalístico teria que ser o destaque. Não foi e deu no que deu, o que foi péssimo para todos, investidores financeiros e investidores de trabalho.

Creio que essa é uma iniciativa que ainda está por acontecer. Talvez o momento seja bicudo demais para uma nova tentativa, mas ela permanece como possibilidade verdadeira. (ECF)



entrevista

O capital estrangeiro nos meios de comunicação

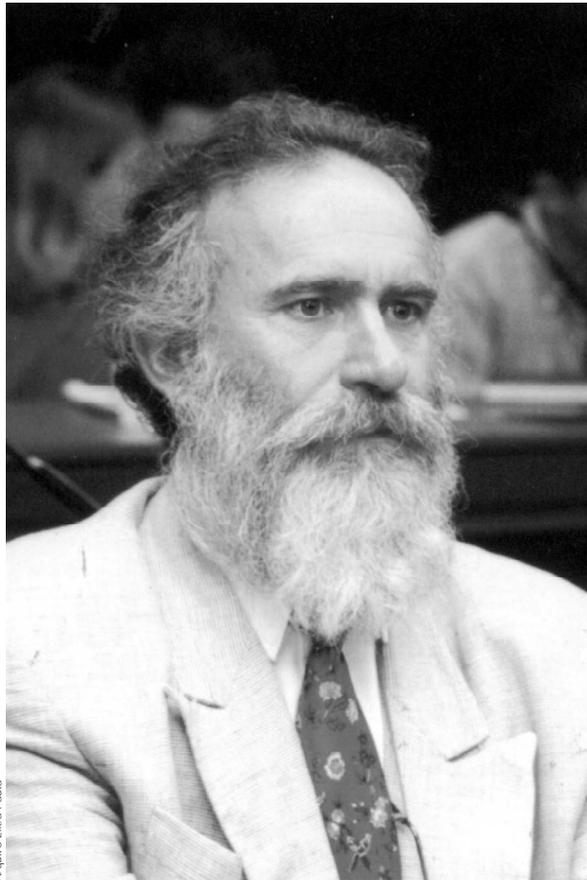
A Câmara Federal aprovou, em segundo turno, no dia 26 de fevereiro, por 402 votos a favor e 23 contra e 3 abstenções, a PEC 203B/95. A PEC já havia sido aprovada, em 11 de dezembro do ano passado, no primeiro turno, por 406 votos a 23. Ainda deverão ocorrer duas votações no Senado. A proposta altera o artigo 222 da Constituição, permitindo que pessoas jurídicas, e não só brasileiros natos, detenham até 30% das empresas de comunicação no Brasil. Em outras palavras, permite ao capital estrangeiro comprar parte de jornais, revistas, editoras, rádios e TVs. Entre os parcos 23 deputados que votaram contra a proposta estava o nome de Florisvaldo Fier, o Dr. Rosinha (PT/PR). Rosinha acompanhou a PEC203B/95 desde o princípio e fez parte da comissão especial que discutiu a proposta há cerca de dois anos. Na sua opinião, a entrada do capital estrangeiro nos meios de comunicação é mais uma jogada no processo de domínio econômico, que hoje passa, necessariamente, pelo domínio cultural. “Os Estados Unidos, em todos os acordos econômicos, incluem a exigência de exibição de filmes americanos”, afirma. Leia abaixo os principais trechos da entrevista feita no dia 10 de dezembro, um dia antes da votação da PEC 203B/95.

O que representa a entrada do capital estrangeiro nos meios de comunicação no Brasil?

A primeira questão, a pior para nós, é que a programação pode sofrer mudanças. Se o capital entrar, não terá interesse pela diretoria de administração, a diretoria financeira, mas pela da programação. Assim, poderá obter, a médio e longo prazo, um retorno financeiro maior através da mudança dos hábitos culturais da população, incluindo o maior consumo de mercadorias.

A Fenaj afirma que a questão está sendo tratada no Congresso apenas como solução para os problemas de caixa das empresas. É isso mesmo e por que as empresas estão passando por este momento de crise?

A PEC 203B/95 está tramitando há seis anos e está pronta para ser votada há pelo menos dois. Até agora não havia interesse, principalmente das Organizações Globo, de colocá-la em votação. Mas ultimamente há um agravamento da situação financeira de todos, que começou com a privatização do sistema de



Arquivo Extra Pauta

“As séries brasileiras podem deixar de existir se não for interesse do capital estrangeiro”

telecomunicações. Como a legislação de comunicação de massa no Brasil é pouco criteriosa e permite que um grupo atue em rádio, TV, internet e outros setores, as empresas de comunicação entraram também na área de telecomunicações. Isso colocou os veículos com necessidade de mais capitais. Então todas as empresas estão vendo na entrada do capital estrangeiro a solução para o seu problema. Mas volto à questão anterior. Há uma primeira preocupação ideológica com o que ela vai veicular. E a segunda preocupação é com as conseqüências. Se hoje a Globo, por exemplo, tem alguma produção voltada para a cultura regional, como as séries especiais com textos de escritores brasileiros, essas séries podem deixar de existir se não for interesse deste capital. O setor de dublagem, também, que hoje é feito no Brasil, poderá ser feito fora daqui.

Como a entrada do capital estrangeiro vai afetar o jornalismo especificamente?

Depois do atentado do World Trade Center, o único veículo de comunicação autorizado a noticiar foi a CNN. Houve um elevado grau de censura em todos os meios, principalmente na TV, nos Estados Unidos. No Brasil, não fomos vítimas desta censura. Existia uma certa liberdade de informar. Se entrar o capital estrangeiro e entrar dinheiro de algum investidor americano, os veículos terão uma outra visão. Haverá um outro caráter dos meios.

É possível, ainda, tentar regular os meios de comunicação e o ambiente onde este capital vai atuar?

Teria que haver dois tipos de mecanismos regulatórios. A PEC pode ser aprovada, prevendo projetos de lei estabelecendo dois tipos de controle. Um deles seria econômico. Proibir que um mesmo empresário estrangeiro atue em todos os meios de comunicação, evitando monopólios ou oligopólios. Ou seja, ele não poderia comprar 30% de O Globo, da TV Globo, 30% do Estadão, 30% da Bandeirantes, 30% da Folha de S. Paulo. O outro seria relativo à programação. O Conselho de

Comunicação tem que ser instalado, mesmo que seja consultivo, para delimitar a programação dos meios de comunicação, principalmente os meios econômicos. O PT vai ter que buscar fazer esse acordo. Aprova-se a emenda, porque ela vai ser aprovada quer a oposição seja favorável ou não, mas com alguns mecanismos de controle.

Dentro deste ambiente de controle pelo capital estrangeiro de várias áreas econômicas e, agora, também dos meios de comunicação de massa, existem brechas para democratizar o acesso à informação e o acesso aos meios de comunicação?

Existem alguns caminhos. Rever a legislação das rádios comunitárias. As universidades deveriam ter rádios, o que é um mecanismo para democratizar. Estabelecer o Conselho de Comunicação, não para estabelecer faixas etárias, mas para discutir o conteúdo ideológico

da programação. Existem, enfim, mecanismos, mas falta vontade. A legislação tem que ser refeita, mas é um debate longo, que não se resolve a curto prazo.

E que demanda a organização da sociedade civil em torno do problema.

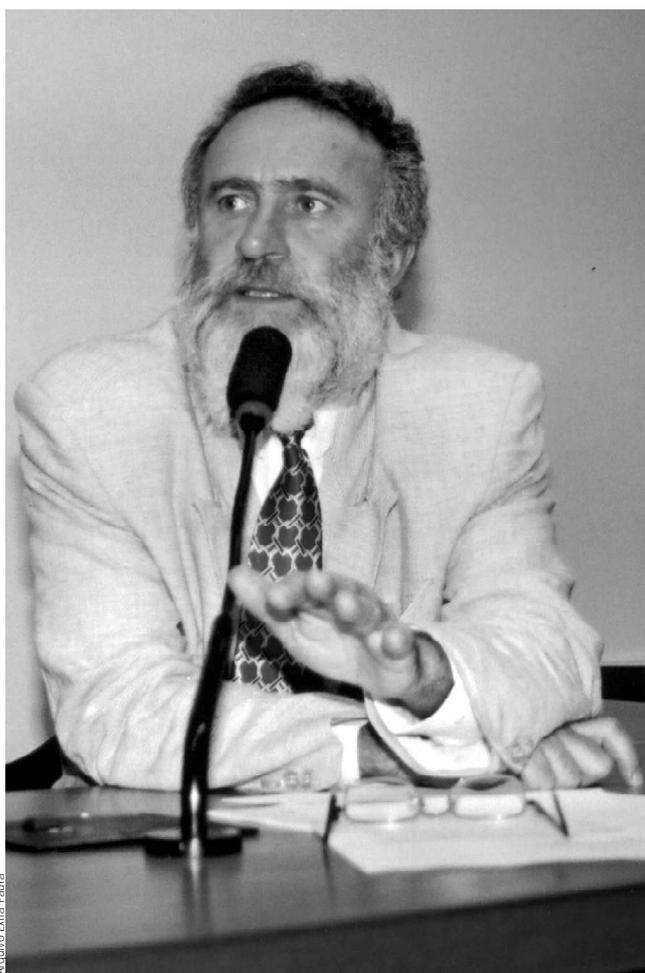
O principal agente de mudanças tem que ser a sociedade civil. Felizmente os estudantes estão retomando os movimentos dentro das universidades. Eles estavam meio calados. Os sindicatos têm um papel importante, principalmente os de jornalistas e de todos os trabalhadores de meios de comunicação, porque são as primeiras vítimas do avanço tecnológico. A tecnologia não é o problema em questão, mas temos que debater. Está entrando agora a TV digital, e a legislação específica é praticamente inexistente.

E quem serão as vítimas? Ideologicamente, o povo brasileiro. Na questão profissional os trabalhadores da área. Mas o que mais precisa, mesmo, é uma alteração no governo. Este governo é muito autoritário. Temos uma agência nacional da área (a Anatel) que não atua, que não faz nada pela sociedade, mas apenas pelas grandes empresas de comunicação. O ministro da Comunicação está a serviço das empresas. Em todos os seminários que ele fez sobre TV digital, só levou os empresários. A sociedade civil nunca

estava presente no debate. A Câmara Federal tem um pedido de seminário sobre TV digital, mas não há interesse das bancadas governistas de discutir o assunto. Na Câmara, este debate é muito limitado. Então, se não tiver cobrança popular, manifestação da sociedade civil organizada, a alteração lá por cima não virá. Até porque estes meios de comunicação são os principais financiadores de campanhas eleitorais. Se você pegar os grandes meios de comunicação e as grandes empresas que eram estatais, aí estão os grandes financiadores de campanha.

Como fica a questão da produção cultural e intelectual neste modelo de concentração e de hegemonia do capital?

Foi publicado em setembro no *Le Monde Diplomatique* em espanhol um texto chamado "A Propriedade Intelectual é um Roubo", no qual o autor mostra que hoje os grandes grupos culturais cobrem o globo. E aí entra em discussão o capital estrangeiro. Quem dispõe hoje dos meios de comunicações dispõe também do copyright. Ninguém hoje vai ter um meio de comunicação se não tiver o copyright daquilo que for exibido. É curioso que este texto traz a informação de que o Bill Gates ou as suas empresas são proprietárias de 65 milhões de



"A sociedade civil nunca estava presente no debate sobre TV digital"

imagens (fotografias, filmes, espetáculos etc.) dos quais 2,1 milhões estão disponíveis. Quando um investidor como o Bill Gates assume o controle de um meio de comunicação, o que ele vai querer exibir? Aquilo do qual ele detém o direito autoral para ter retorno econômico.

Aí entra, por exemplo, a fusão da Aol com a Time Warner.

E hoje eles só exibem alguma coisa se o copy right for deles. Tanto é que 90% da produção criativa está na mão de empresas. Só 10% estão com os autores. É nesse contexto que vejo o grande perigo. Eles vão querer a programação. Não vão querer outra diretoria. E vão programar aquilo no qual eles têm o ganho direto e o ganho indireto. O lucro é muito grande a médio e longo prazo.

E o ganho é também político.

É político, porque assim eles ganham também a consciência do povo. Nossa fé está lá. E de onde vem tudo isso? É tudo americano. Se hoje este modelo já se estende desta forma sem ter o controle dos meios de comunicação, imagina tendo esse controle. Os Estados Unidos, em

todos os acordos econômicos, incluem a exigência de exibição de filmes americanos. Veja a questão da Índia. A Índia não queria assinar o acordo na Organização Mundial de Comércio porque é produtora de filmes e não aceitava esta exigência.

Não é necessário, a bem da sociedade, separar produção de veiculação?

Primeiro, temos que discutir se o copy right não é um roubo. Eu acho que é. O direito à patente, por exemplo. Ninguém descobre algo sem ter um acúmulo da civilização. Eu nunca chego a nada se antes de mim não tem toda uma história. Aquilo que eu criei, eu não criei exatamente. Há um acúmulo. Isso tem que ser melhor discutido, porque é um acúmulo da humanidade, não um acúmulo individual. Claro, o criador, na ciência ou na arte, tem que ter um retorno financeiro, mas não pode ficar como está hoje na mão de empresas. Este é o grande debate hoje da Alca. A Alca não está vindo à toa para o Brasil. Os Estados Unidos querem pegar para si as patentes. O sonho das empresas, hoje, é possuir patentes, que são a sua grande fonte de lucro.

Você acha que a entrada do capital estrangeiro pode, pelo menos, mudar um pouco a forma como os meios de comunicação são gerenciados no nosso estado, como empresas familiares e não como empresas capitalistas? Você acha que os nossos jornais podem sair, com o capital estrangeiro, deste estágio pré-capitalista?

Eu não tenho dúvida disso não. Você pega a empresa que era estatal e tinha por objetivo atender o interesse público. Então você muda a característica dela. A empresa passa a visar unicamente o lucro. Quando você pega trazendo isso para uma empresa privada, que visa o lucro, mas com uma visão limitada à sua província, ao entrar o capital estrangeiro, é evidente que nenhum empresário vai querer investir se não puder mudar o modelo de gerência para obter mais lucros. E a visão muda. Não pode mais ser só a visão da província. Se nas estatais muda a visão de empresa pública para empresa privada, o capital vai ter que romper esta visão da província. Não tenho dúvida de que vai haver essa ruptura, principalmente se o capital entrar nos jornais do Paraná.

A PEC203B/95 vai ser aprovada?

A PEC vai ser promulgada no ano de 2002, se for aprovada. Mas ela vai ser aprovada porque todas as televisões estão querendo. E elas mandam no Brasil.



demissões

A cultura assassina do caos encurralado

Gil Castello Branco

Desemprego, depressão e Prozac são três palavras que num certo momento da vida de uma pessoa podem estar associadas a conceitos como modernização, estagnação, privatização, hipercapitalismo e globalização. Qualquer projeto querendo modernizar um país, isso parece estar muito mais claro hoje em dia, traz uma gama de custos sociais – mas quem aponta esse tipo de problema, ou que revela estar passando por esta crise, pode ser considerado automaticamente um profissional que perdeu sua capacidade de enfrentar os complexos desafios do mercado, enfim mais um trabalhador que cometeu “erros graves, que virou um incompetente” e por isso mereceu ser punido.

Muita gente sente-se culpada por ter perdido seu emprego. Daí vem a depressão e o consumo crítico de antidepressivos como o famoso Prozac. Nós jornalistas – como qualquer outra categoria profissional – também estamos sendo duramente atingidos por essa dramática realidade.

Mas saindo desse contexto mais emocional e pensando num cenário maior – o que já nos confunde intensamente pela profundidade da crise que estamos vivendo – devemos tentar resgatar o que a modernização parece nos ter feito perder: o senso do real.

E temos também uma estranha atitude. Fazemos de conta que as mazelas que estão presentes no nosso dia-a-dia não nos afetam. Somos mestres em reclamar entre nós da falta de educação, da ineficiência nos serviços de saúde, da corrupção, da sonegação dos impostos, da insegurança, da impunidade, das sacanagens do FMI com o Brasil, mas não tomamos nenhuma decisão efetiva para mudar as coisas, somente no plano individual que cada um se vira como pode para tentar sobreviver a todo esse caos agora encurralado.

Assim, individualmente, cada um vai tomando seu “Prozac” para tentar anestésias seu problema e aí se cria uma contrafação da realidade: quem está desempregado, “que se vire, para os competentes o mercado sempre tem trabalho”.

Consolida-se na sociedade a sensação de que nada funciona e nada merece ser valorizado. Nesse cenário é que vem aumentando a perda de confiança nas instituições – especialmente nas pertencentes à esfera governamental e ao sistema de representação. Vivemos um cruzamento de crises que se complementam: crise econômico-social, crise de legitimação (representação), crise de governabilidade.

No imaginário social a política está posta em xeque,

reduzida à corrupção, ao espaço de interesses privados, a malandros e espertos. O indiferentismo, a apatia e o desinteresse político crescem. Condutas individuais e mesmo coletivas tendem a negar sustentação ao sistema político e social, acirrando os efeitos de uma crise econômica e social que vem corroendo instituições, deteriorando as condições de vida e de justiça social numa escala nunca tão forte que tende a reduzir todo associativismo à mera agregação de interesses para autodefesa.

O mal-estar confunde e angustia quando percebemos que há um grande desemprego atingindo de forma perversa nossa sociedade, mas essa situação só tem sido encarada, individualmente. Nosso sindicato, como as instituições das demais categorias, pouco pode fazer para nos ajudar.

Foi essa sensação que numa noite dessas, num bar central de Curitiba, percebi ao estar conversando com seis jornalistas, todos consumidores de Prozac. O desemprego de todos nós foi o tema que acompanhou os salgados e cervejas que tomamos, e a depressão da maioria talvez pela primeira vez na vida de cada um tenha merecido uma confissão mais corajosa e honesta, como passo a relatar no próximo segmento desta reportagem, que mais do que uma matéria entendo como uma proposta de pauta para novos assuntos, ou até de um seminário que possamos organizar em nosso sindicato, onde possamos debater a atual conjuntura crítica que nos envolveu sob novos ângulos.

“O pessoal e o profissional bateram de frente”

Quando cada um dos repórteres e editores falaram de suas histórias de vida, senti que mais do que nunca o mundo profissional invadira densamente a vida de cada um de nós, numa mistura perigosa. E todos nos abrimos, sem medo até de chorar. Para respeitar a individualidade de cada depoimento, as identidades dos profissionais foram mantidas em sigilo a pedido deles. Assim consegui ouvir seis histórias de desempregados deprimidos e consumidores de Prozac, coincidentemente.

Caso número 1 – “Sou casado, eu e minha mulher esperamos nosso primeiro filho. Estamos vivendo há quase um ano na casa dos meus pais. Nossa vida tem sido muito difícil. Somos sustentados por meu pai aposentado. Só consigo pegar ônibus quando ele me dá dinheiro. Saio de manhã para procurar emprego. Não almoço, nem lanche, só janto. Minha mulher guarda comida para mim, mas todas as noites discutimos feio na cama. Ela diz que viver comigo é uma ameaça para seu futuro. Meu casamento está acabando e sou pressionado para sair da casa dos meus pais. Passei a

tomar o antidepressivo que me acalma, mas não sei por quanto tempo terei dinheiro de um irmão para comprar o remédio, e sem ele fico muito tenso, mais revoltado. Minha mulher quer que eu arranje outro emprego, diz que não acredita mais em mim como jornalista.”

Caso número 2 – “Já peguei grana até de bicha para conseguir jantar depois de ficar com fome o dia inteiro, rodando pela cidade a pé, entregando currículos nos jornais. Foi um terror quando me vi na cama com o cara. Acho que isso é o fundo do poço e o pior é que você tem que manter a imagem, andar mais ou menos bem vestido e não pode fazer cara de derrotado e nem sequer falar em crise. As pessoas não gostam de falar de crise e muito menos de ver alguém deprimido, até te humilham, gozando sua situação. Fui demitido porque reclamei de uma pauta burra, mal formulada. Deprimido, depois de um tempo passei a fantasiar até meu suicídio. Para evitar a depressão passei a consumir Prozac. Às vezes durmo mal e me levanto para fazer os textos que gostaria de ver os jornais publicando, reportagens fictícias que invento no computador.”

Caso número 3 – “Eu trabalhava na assessoria de uma empresa e fui demitido pelo telefone praticamente. Primeiro me disseram que eu estava fora, só pude ganhar uma explicação depois de quase implorar. Queria saber por que estavam me demitindo. O diretor de Recursos Humanos veio me dar conselhos, dizendo que temos que nos adaptar à conjuntura desafiadora que estamos vivendo. A empresa tem o direito de enxugar seus custos, precisa manter sua sobrevivência no mercado. Tudo bem, e eu? Será que não preciso sobreviver também? Meus trabalhos eram elogiados, dizia que eu tenho um bom texto, que deveria ir trabalhar num grande jornal. No dia que fui cortado da empresa uma funcionária da presidência observou que agora eu teria chance de transformar minha crise numa mudança de vida para uma situação melhor. Estou sendo sustentado por minha irmã até no Prozac. Já andei roubando grana da bolsa de uma parenta. Não sei se posso pensar em futuro com o mercado selvagem como está.”

Caso número 4 – “Estou brigando na Justiça Trabalhista. Minha namorada está me sustentando e tem que comprar produtos mais baratos no mercado para conseguir colocar o básico na mesa. Ela acha que devo me adaptar às novas exigências do jornalismo. Trabalhar mais e não discutir nunca. Temos que fazer o máximo de concessões para sobreviver com o mínimo hoje e sermos o mais fortes possíveis emocionalmente. Se cairmos na depressão, aí é o fim. Tenho tentado agir assim, mas ainda não arranjei

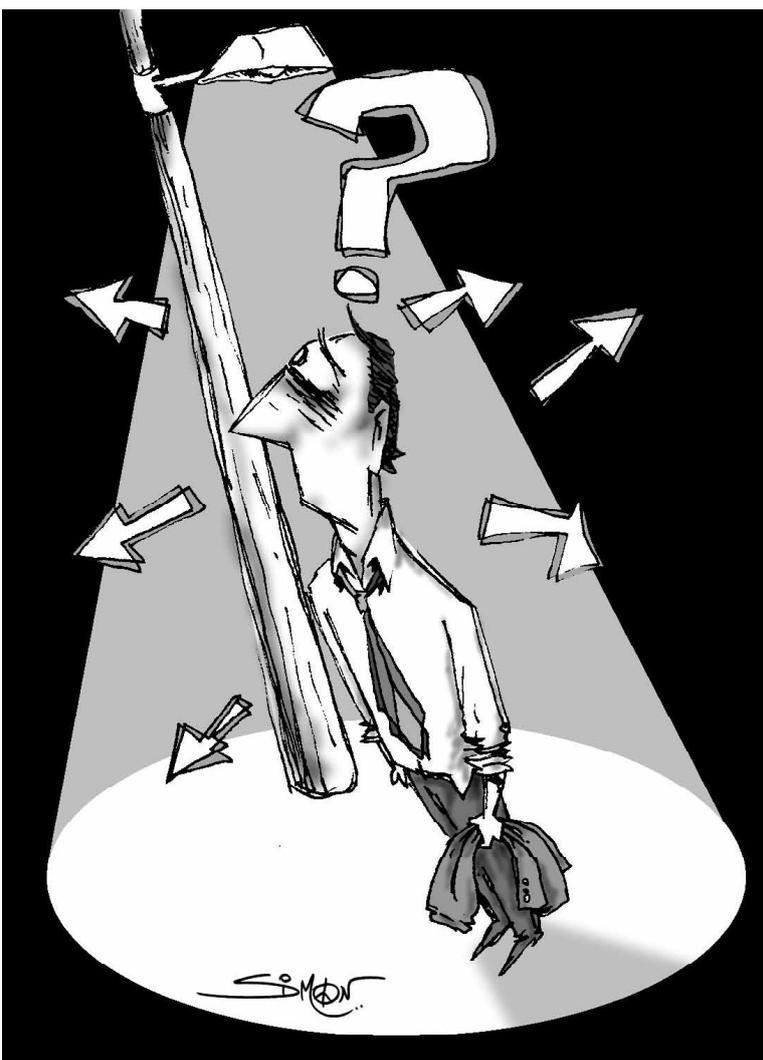
emprego nem sei quando terei um novo contrato. Já experimentei coca e gostei da sensação. Estou administrando o vício que, segundo um amigo meu empresário, é possível ser controlado. Ele consome coca há vários anos. Tomo Prozac, acho que o antidepressivo não combina bem com drogas, mas continuo misturando tudo.”

Caso número 5 – “Estou vivendo de frilas há mais de três anos e posso dizer que isso não é vida. Para começar raramente pagam bem o seu trabalho. Estou bebendo muito e fumando maconha, além de três maços de cigarros por dia. Minha namorada sonhou com o Primeira Hora, que terminou num pesadelo depois que fizemos um mundo de planos de vida. O caso do Primeira Hora deixou muita gente decepcionada, perdida, até sem referências agora sobre o que pode ser uma empresa mais séria, confiável. Há mil explicações, mas o grande caso é que os dirigentes das empresas não sabem exatamente o que querem fazer. Você tenta achar que o sistema é certo, tem ética, justiça profissional para quem trabalha bem, mas não é nada disso. Geralmente são os jornalistas que são julgados, mas e os jornais? Fiquei dependente do Prozac para tentar segurar minha fragilidade emocional. Mas isso não é o mais crítico na nossa área de atividade. Algumas jornalistas de vez em quando fazem prostituição. Isso é uma situação muito dramática, mas já existem alguns casos em Curitiba. Eu já transei com uma delas pagando um bom dinheiro.”

Caso número 6 – “Quando procuro emprego bato de frente com alguém lembrando que sou um bom profissional, mas que tenho um comportamento muito complicado. Sempre gostei de discutir pautas e textos, trocar idéias. Antigamente havia um ambiente mais bem humorado nas redações, mais dialético. Os chefes e editores na redação eram mais humanos, sei lá, mais preocupados com profissionalismo. Hoje são todos cumpridores de ordens e metas, ou de manuais de redação. Hoje não posso mais viver do jornalismo, estou endividado e morando em pensão e já estive albergado duas vezes em Curitiba, morrendo de medo que alguém descobrisse. Tenho faturado um dinheirinho com frilas, o que me garante a compra de antidepressivos e às vezes maconha. Você acha minha situação ruim? Tem pior. Conheço um jornalista que é traficante e tem uma grande clientela no Jardim Social.”

A normalidade assassina

Segundo alguns cientistas sociais, entre sociólogos e psicanalistas, os avanços da tecnologia, principalmente na mídia eletrônica e na informática, bem como a globalização da economia, criam práticas que implicam uma pluralidade de ambientes, aproximando uma imensa diversidade de corpos, não



Esta cultura não valoriza a dialética, a controvérsia, a análise maior dos conflitos. Pelo contrário, estamos todos sendo anestesiados diariamente, não somente pelo consumo de um Prozac, por exemplo, como também pela mídia. E por trás dessa situação está a verdadeira doença da sociedade liberal: a negação do crescimento interior de uma pessoa, a negação da subjetividade, com seu corolário: a imposição cultural de uma normalidade assassina que mata em cada homem o que torna único, a sua subjetividade e a força criadora do dinamismo inconsciente”.

Na visão do psiquiatra, “o antidepressivo abole o sintoma, reduz a angústia e livra o homem da responsabilidade de seu mal. Temos hoje inclusive uma psiquiatria biológica que, desinteressada dos processos causais do sofrimento psíquico, afasta o homem do encontro de si mesmo e o torna até fármaco-dependente: já que a solução (passageira) está no medicamento, volta-se a ele sempre que o conflito (não resolvido) aflorar”.

Parece, entretanto, que a sociedade não quer que ninguém pense assim. Quem fica desempregado, quem é rejeitado ou discriminado pelo mercado de trabalho, “errou na sua trajetória profissional, foi irresponsável com a família, foi incompetente. Temos que entender que o mercado está acima dos nossos problemas pessoais”, afirmam alguns consultores de empresa na área de recursos humanos, mas será que não podemos questionar isso de outra forma?

Ou teremos que aceitar que o neoliberalismo é um sistema perfeito, é um sistema que talvez tenha plena possibilidade de utilizar sua pujança industrial, sua engenharia social, sua pura opulência e suas desenvolvidas táticas diversivas para minorar, usando meios que a maioria das pessoas julgará perfeitamente aceitáveis, todas as tensões geradas pela desorganização, pela privação e pela injustiça que atualmente perturbam nossas vidas?

Acho que, como diz a apresentação de um Manual de Assessoria de Imprensa publicado pelo nosso sindicato em 1986, “a nova conjuntura abre imensas possibilidades para uma nova etapa do debate. A democracia, ou melhor, a transição democrática traz a oportunidade de viver experiências que pelo menos uma geração de profissionais não vivenciou. O público amadureceu e se tornou mais esclarecido e exigente. Os interesses de grupos acentuaram-se...”

O manual foi produzido noutra época, mas sua proposta de diálogo continua aberta no tempo muito mais difícil que estamos vivendo agora para manter nossos empregos. Vamos ao debate.

Gil Castello Branco é jornalista com especialização em sociologia das comunicações



reforma gráfica

O Estado do Paraná tem cara nova

Sem a preocupação de transformar o fato num grande evento, O Estado do Paraná realizou uma reforma gráfica em sua edição diária de 17 de outubro do ano passado. “Partimos do princípio de que uma reforma gráfica e editorial se faz no dia-a-dia”, explica o cartunista e designer Dante Mendonça, autor da reforma. “Mudamos a cara do jornal, mas não o seu conteúdo. No aspecto editorial mantivemos tudo. Fizemos uma reorganização, pois o jornal vai se desgastando com o passar do tempo.”

Segundo Dante Mendonça, a reforma foi feita respeitando o leitor. O novo desenho gráfico não agrediu o hábito do leitor tradicional. Foram mantidos os mesmos pontos de atração, mas com um novo design. Do ponto de vista do cartunista e designer, “o leitor médio de O Estado do Paraná é um senhor elegante vestindo um belo traje social Armani, mas com um tênis no pé”. Assim, a idéia básica da reforma foi fazer um veículo elegante, mas com a descontração de quem usa um tênis.

A reforma gráfica foi uma primeira etapa. A segunda será implantada no início de março, quando o jornal passará a usar um novo software de edição e editoração, o Quarc, em substituição ao Ventura. Nessa primeira etapa, foi mudada a tipografia e reordenada a composição gráfica das colunas, títulos e legendas. O Times continua a ser utilizado na composição dos textos, mas nos títulos passou a ser usada também a família do Frankfurt Gothic, além de uma família nova, a Utopia. Basicamente, O Estado do Paraná trabalha agora com três famílias de fontes.

Uma cara única

Também foi feito um novo desenho de página, incorporando todo o material editorial que o jornal tinha antes. “A preocupação foi a simplicidade, sem arabescos e barroquismos, para facilitar a leitura”, observa Dante Mendonça. “Procuramos deixar o desenho o mais limpo possível, eliminando as firulas gráficas. A firula não devia ser mais importante que a notícia. A reforma também tinha o objetivo de fazer um jornal bonito e agradável”, ele diz.

O desenho gráfico de O Estado do Paraná é único, segundo Dante Mendonça. O jornal sempre teve uma primeira página personalizada. Foi o primeiro a usar as janelinhas, que sempre representaram a marca da publicação. Elas foram modernizadas, com um design novo. A logomarca, em fonte Futura, que na reforma anterior havia sido condensada, retornou à sua forma original. Embaixo da logomarca, foi acrescentada uma barra em verde e azul, as cores da bandeira do Paraná. A idéia foi tirar partido das cores do Estado e marcar o nome da publicação: jornal de todo o Estado do Paraná.

Arquivo O Estado do Paraná



“No Estado do Paraná, conseguimos criar uma cara única para o jornal”

“No Estado do Paraná, conseguimos criar uma cara única para o jornal”, afirma Dante Mendonça. “O veículo tem um desenho personalizado, muito próprio, tecnicamente bem feito. Em outros jornais há uma miscelânea e eles ficam amorfos, sem espírito e sem rosto. Pegam um pouco de O Globo e mais um pouco de Folha de S. Paulo, e não têm uma personalidade própria, em soluções gráficas e editoriais. O Estado do Paraná tem uma solução personalizada em termos editoriais.”

O Estado do Paraná fez toda a reforma gráfica com equipe própria. Não contratou uma empresa de fora, de outro Estado ou de outro país. “A reforma foi feita por pessoas que conhecem as necessidades do jornal. Demos os passos que podíamos e devíamos dar. Não oneramos o jornal financeiramente nem aumentamos cadernos. Houve uma racionalização, pois as empresas de comunicação passam por dificuldades no mundo inteiro”, comenta Dante Mendonça. “Além disso, a reforma facilitou muito o trabalho do jornalista que

trabalha na redação. Ela ajuda no momento final de edição. E dá velocidade ao editor no momento de fechar”.

Uma mudança constante

Para facilitar a leitura, foram uniformizados os tipos. O corpo 10,5 da Times foi estabelecido como padrão em todo o jornal. “Antes havia uma miscelânea de tipos num verdadeiro carnaval”, observa Dante Mendonça. “Cada página era resolvida de uma forma. Isso complicava a leitura. Fizemos uma organização e estabelecemos normas de edição dentro dos padrões modernos. Conseguimos, com a reforma, deixar o jornal mais ágil, bem organizado, de leitura fácil, limpo e leve”, ele explica.

Segundo Dante Mendonça, o jornal tem que estar em processo constante de reforma. Um jornal que se engessa é um jornal morto. Mas o leitor não pode encontrar um jornal diferente cada dia. Ele tem que sentir que está lendo o mesmo jornal, e nem deve perceber a mudança. “Cada dia vamos fazendo um jornal novo. Até graficamente pode ser feita uma reforma, pois o jornal é como um ser vivo. Ele está evoluindo constantemente. Mas não se pode assustar o leitor todo dia”, observa o cartunista e designer.

As mudanças trouxeram uma resposta positiva dos leitores e assinantes. Eles assimilaram as alterações introduzidas. Depois da reforma, foi feito um acompanhamento pelo telemarketing. “A aceitação foi total e expressiva, causando uma surpresa agradável”, diz Dante Mendonça. “Os assinantes deram em média, graficamente, a nota 9,5. O resultado foi um aumento expressivo na venda em banca e principalmente nas assinaturas.”

Na parte editorial, há necessidade de mais mudanças, que exigem recursos financeiros e de pessoal. Essa reforma está em fase de espera, pois o momento difícil que os meios de comunicação atravessam não aconselha a realização de investimentos. “Não vamos ficar no que está aí. Vamos avançar, com o pé no chão e a preocupação de cada dia melhorar o produto”, diz Dante Mendonça.

O designer e cartunista já havia feito a reforma da Tribuna do Paraná há dois anos. Também modernizou o jornal A Notícia, de Joinville, há oito anos. Hoje, este veículo de Santa Catarina é uma das publicações graficamente mais premiadas do Brasil. Em 1984, ele idealizou o design do Correio de Notícias, junto com Mussa José Assis, atual diretor de redação de O Estado do Paraná.

reforma gráfica

Folha recupera identidade local

A recuperação da identidade local. Este foi o ponto principal no processo de reforma gráfica e editorial da Folha de Londrina, que foi implantada no dia 23 de dezembro do ano passado. O processo começou com a constatação de problemas editoriais e toda a redação participou da reforma, o que raramente acontece no jornalismo brasileiro. Isto foi possível porque a direção estava disposta a fazer uma reforma em profundidade, num momento difícil da história do jornal.

Segundo a jornalista Teresa Urban, que coordenou a reforma, a direção da empresa e a redação chegaram num determinado momento à conclusão de que era preciso mudar. E, a partir de julho do ano passado, a direção passou a pedir a mudança de forma sistemática. Inicialmente foi feita uma discussão com quatro coordenadores de área em Londrina e uma em Curitiba, na qual o jornal foi avaliado caderno por caderno, numa análise de conteúdo, procurando verificar o que faltava e o que sobrava na publicação.

A avaliação foi aprofundada e, em agosto, concluiu-se que o jornal tinha vários problemas na organização da informação para o leitor e na sua apresentação. “O processo de discussão, pensando o jornal fora do dia-a-dia, foi muito rico”, analisa Teresa Urban. “Observamos que o jornal não era homogêneo e não tinha um modelo de edição adequado. Faltavam serviços ao leitor, as matérias eram monótonas e havia pouco uso de gráficos e de remissão. O leitor não conseguia entender bem onde o fato se situava. Os cadernos semanais estavam divorciados da cobertura e não tinham relação com o que estava acontecendo durante a semana”, ela diz.

Foram então levantadas sete propostas, para serem discutidas com os editores. Em seguida houve reuniões de trabalho com todos os jornalistas de Londrina, de Curitiba e das sucursais, cerca de 120 pessoas. Foram montados grupos de trabalho, para discussão, e chegou-se à definição de alguns princípios que deviam orientar a mudança. A Folha de Londrina devia ser:

1. um jornal independente, que informe o leitor sobre os principais acontecimentos do Estado, sobretudo nas áreas de política, administração pública (geral) e economia
2. um jornal com fortes raízes locais na cobertura da cidade
3. um jornal de linguagem clara e rápida e informação acessível
4. um jornal de serviços ao leitor
5. um jornal que dê espaço ao leitor
6. um jornal mais vibrante.

“Dicotomia insustentável”

“Quando isso ficou configurado, a dicotomia entre Folha de Londrina e Folha do Paraná era insustentável”, comenta Teresa Urban. “A Folha de Londrina era um jornal local, com raízes locais, e estava sendo pressionada por uma publicação estadual. No entanto, o jornal deve ter fortes relações

com a comunidade. Precisa conhecer bem a cidade e cobri-la muito bem. Ao mesmo tempo, tem que oferecer ao leitor da cidade de origem informações adequadas sobre o estado e de caráter nacional. Mas a inserção do jornal na comunidade é fundamental para o seu sucesso”, ela explica.

Outro ponto importante: o leitor tinha que estar presente em todas as páginas. Criou-se um índice explicativo na terceira página, para que ele pudesse optar pelo que o jornal oferece. Aumentou-se muito o espaço do noticiário geral. As políticas públicas, que tinham uma cobertura pequena, ganharam um espaço bem maior. Educação, moradia e saúde passaram a ter uma grande cobertura no final do primeiro caderno.

No segundo caderno, destinado a cidades, foi dada prioridade a Londrina, com uma página específica de serviços e quatro páginas de cobertura. As cidades pequenas ficaram com uma página e para Curitiba e as cidades onde o jornal mantém sucursais e correspondentes foram destinadas três. Londrina foi privilegiada, sobretudo na página de serviços, segundo a idéia de que, nesta página, o leitor deve ter a cidade na palma da mão. O guia obriga o leitor a mergulhar na cidade.

O espírito da reforma era estabelecer um caderno de quatro páginas para cada editoria, e cada caderno iria crescendo conforme a sua relação com o leitor. O caderno de sociedade foi eliminado e houve a recuperação de colunas que eram caras à cidade. A página 3 passou a ser a última no fechamento, sem tumultuar o processo industrial. Finalmente, a idéia era ter uma primeira página como espécie de lead do jornal, com as informações mais importantes e as imagens visualmente mais fortes.

A reforma também introduziu uma nova forma de agir na redação, exigindo uma grande integração dos editores, numa ligação forte com a página 3. A reforma criou uma articulação entre as editorias, quebrando os muros que as separavam, e transformou o jornal num produto único.

Quando estas idéias estavam claras, Teresa Urban procurou um programador gráfico e pediu a ele que as traduzisse numa proposta gráfica. “Buscamos alguém de fora que não tivesse intimidade com o dia-a-dia da redação. Ele já havia feito outros projetos e respondeu muito bem. Criou um modelo leve, ousado e moderno. Levou em conta a agenda das pessoas de hoje, que lêem o jornal rapidamente e precisam ter nele um suporte para o dia-a-dia, para entender o que acontece”, diz Teresa Urban.

Um jornal novo

João Roberto Alves dos Santos, designer e editor



A jornalista Teresa Urban coordenou a reforma da Folha

gráfico, foi encarregado da reforma gráfica. Foi ele quem idealizou o Caderno G da Gazeta do Povo, e há quatro anos realizou uma reforma no mesmo jornal. Antes, já havia reorganizado o Indústria & Comércio e o Diário Popular, além de outros jornais menores. “Foi feito um jornal novo. A mudança foi total. A reforma gráfica complementou a parte editorial”, afirma o designer.

Ele sugeriu textos mais curtos, manchetes menores para aumentar o tamanho das letras e fotos maiores. “Isso dá mais conforto à leitura, e o editorial e o gráfico ficam equilibrados”, explica João Roberto. “Dei uma clareada na Folha. Ela ficou mais leve e mais nova. A introdução de claros entre as colunas deixou o jornal mais leve. O jornal ficou mais alegre e mais fácil de ler.”

O designer também adotou a diagramação verticalizada e introduziu um manual gráfico na Folha. “Um paginador novo entra no jornal e não conhece as definições gráficas. O manual lhe dá todas as informações, padronizando a publicação. Sem o manual, logo se perde a identidade visual.” João Roberto vai acompanhar a mudança gráfica durante três meses, para corrigir as más aplicações.



greve nacional

FHC dizima direitos trabalhistas

Alexandre Palmar

O presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) prepara mais um duro golpe contra os trabalhadores. Depois de inúmeras investidas visando diminuir os direitos trabalhistas, FHC resolveu mostrar suas garras, impondo o projeto de lei 5843/01, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). A medida permite, de forma simpática e perversa, que o negociado prevaleça sobre o legislado.

A proposta soa como uma piada num quadro nacional de desemprego acentuado. É fácil prever que não haverá equilíbrio nas negociações diretas entre trabalhadores e sindicatos. Em pouco tempo, as empresas cortarão o direito do trabalhador de tirar férias por 30 dias, as mulheres podem ter a licença maternidade reduzida de quatro meses para alguns dias, a licença paternidade poderá ser extinta e o 13º salário pago em até 12 meses. Isso para ficar em alguns exemplos.

Com o desemprego batendo à porta, os patrões iriam pressionar diretamente seus funcionários para eliminar essas garantias. “Os sindicatos possivelmente seriam obrigados a assinar contratos inferiores, perdendo direitos históricos. Eles serão empurrados a isso pelos próprios trabalhadores que almejam preservar os seus empregos”, afirma o economista Marcio Pochamnn, professor livre-docente da Unicamp e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de São Paulo.

Essa situação está perto de tornar-se realidade. No segundo semestre de 2001, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), parte do movimento sindical e várias entidades tentaram brechar o andamento da matéria na Câmara Federal. Somente na quarta tentativa, em 4 de dezembro, o governo reuniu votos suficientes: 264 a favor, 213 contra e 2 abstenções. Agora, o governo FHC pode bater o martelo, com a proposta sendo votada em breve no Senado.

Ciente do problema, a CUT está convocando os trabalhadores brasileiros para uma greve geral no dia 21 de março. Sob o slogan “Só depende de nós”, o movimento grevista quer dar um basta à ofensiva do Palácio do Planalto contra a classe operária iniciada em 1990, com o início dos governos neoliberais. A central já organiza plenárias, inclusive no Paraná, para definir os detalhes da paralisação.

Onde os jornalistas se encaixam nesse cenário? A categoria demonstra pouco interesse por questões trabalhistas, em parte, porque a maioria se considera profissional liberal. Este pensamento é equivocado. Basta lembrar da escravidão nas redações e recordar que o piso muitas vezes é o teto salarial, apesar dos direitos previstos na CLT e convenção coletiva. Esta aí uma oportunidade para começar a reverter esse comportamento apático.



Governo quer o fim da unicidade sindical

O pacote de mudanças na legislação trabalhista traz a gana do governo de quebrar a unicidade sindical, caracterizando mais um golpe contra as entidades. A unicidade sindical é de suma importância, pois garante um sindicato por categoria em cada cidade. O fim da limitação possibilitaria que vários sindicatos atuassem numa mesma base territorial, pois desapareceria a própria delimitação de categoria profissional.

A modificação pretendida através de Proposta de Emenda Constitucional 623 (PEC) tende a

resultar, num primeiro momento, na criação de mais sindicatos. Surgiriam entidades iguais apenas com nomes diferentes. Digamos que, por algum motivo, funcionários do jornal xis, dáblio ou zê resolvam montar um sindicato. É provável que nasçam entidades frágeis, ocasionando, num segundo momento, o fechamento de grande parte delas.

Para o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), “sempre que se propõe alterar a atual forma de organização sindical, a intenção do governo é a mesma: reduzir o poder dos sindicatos, limitando sua representação apenas aos associados; instituir o sindicato por empresa, para que as negociações trabalhistas sejam feitas de forma pulverizada, o que vai contribuir ainda mais para diminuir a forma da pressão dos trabalhadores; por fim, asfixiar financeiramente as organizações de trabalhadores e desmontar os direitos coletivos dos assalariados”.

Dentro desse quadro, vale lembrar um discurso do senador Darcy Ribeiro em 1996. “A unicidade sindical dá possibilidade à classe operária de ter atuação política, de estar presente no quadro nacional. (...) É uma coisa criminoso, que se deve à inspiração estrangeira, o pluralismo sindical dos financiadores do movimento sindical no mundo, os alemães, os franceses, os norte-americanos. Adotar isso no país é como jogar fora o nosso passado e adotar o passado norte-americano, o passado inglês.”

Alexandre Palmar é vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná

Conceitos neoliberais

A política neoliberal trabalhista é sustentada em três eixos.

- 1 - As pessoas estão desempregadas porque não têm qualificação necessária. De 1995 a 2000, cerca de 10 milhões de brasileiros foram “qualificados” nos cursos profissionalizantes. Nem por isso o desemprego diminuiu. Mas o desemprego persiste nesta idéia, como se existissem vagas esperando as pessoas qualificadas.
- 2 - O segundo prioriza o microcrédito. O governo diz que, se o desempregado quiser ser dono do seu próprio destino, basta tomar um empréstimo e montar o seu pequeno negócio.
- 3 - O terceiro diz que o trabalhador está desempregado porque não aceita trabalhar com custos menores. Daí as medidas voltadas à flexibilização trabalhista.

Estratégia para o desmonte dos direitos trabalhistas

- | | |
|---|--|
| 1 - Flexibilização dos direitos sociais; | 4 - Redução do acesso à Justiça do Trabalho; |
| 2 - Implantação do contrato coletivo do trabalho; | 5 - Fim da contribuição sindical; |
| 3 - Redução dos encargos trabalhistas; | 6 - Introdução do pluralismo sindical. |

Fonte: Revista Debate Sindical, novembro de 2001

liberdade de imprensa

Sindimoc tumultua assembléia de grevistas

O presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), Denílson Pires da Silva, abandonou a posição passiva que tinha adotado em relação aos dissidentes que queriam derrubá-lo e resolveu contra-atacar. Os descontentes com a atual diretoria do Sindimoc haviam convocado uma assembléia para ontem à noite (*dia 4 de fevereiro*), na Praça Rui Barbosa, no centro de Curitiba, para organizar a greve que estava marcada para hoje (*dia 5*). No entanto, Denílson adiantou-se e chamou um grupo de companheiros para tumultuar a assembléia. Cerca de 300 pessoas com fitas amarelas nos punhos tomaram a praça. Para evitar confrontos, a assembléia foi cancelada e a greve suspensa.

Um cobrador, que não quis se identificar, denunciou que a manifestação de ontem foi uma armação. Ele afirmou que as pessoas que estavam na praça não eram motoristas nem cobradores, mas homens contratados pelo sindicato. "Passaram na favela do Parolin, na Vila São Pedro e no Bairro Novo oferecendo R\$ 25 para quem viesse gritar o nome do Denílson", diz. Ele conta que os "contratados"

estavam com a fita amarela no pulso para diferenciá-los dos verdadeiros motoristas e cobradores. "Quem não estava com fita poderia apanhar se houvesse pancadaria."

O grupo, em seguida, se dirigiu à sede do Sindimoc. Em meio ao tumulto, a reportagem da Gazeta do Povo foi cercada por um grupo de manifestantes que queria tirar satisfações sobre perguntas feitas a respeito das fitas amarelas. O grupo agrediu o repórter com empurrões, chutes e ofensas verbais. A situação só não se complicou ainda mais porque membros da imprensa intercederam. Mais tarde, o presidente Pires tentou minimizar a situação e disse que "os trabalhadores estão nervosos porque passaram uma semana tensa".

Os da fita amarela foram para as garagens das empresas de ônibus e, segundo o advogado do sindicato, Valdenir Dias, a intenção era coibir qualquer tentativa de greve. "Quem reclamar, nós vamos baixar o pau", afirmou.

Ricardo Sabbag e Fábio Okubarú

Transcrito da Gazeta do Povo de 5/2/2002

Repórter da Gazeta é agredido em manifestação

Em seu primeiro dia de trabalho na Gazeta do Povo, o repórter Ricardo Sabbag teve que enfrentar a ira de quem participava de uma manifestação em frente ao Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba (Sindimoc). O jornalista, recém-saído do jornal Primeira Hora, recebeu chutes e empurrões de cinco homens, que reclamaram da maneira como Sabbag estava apurando as informações.

Na verdade, a agressão queria inibir a atuação de Sabbag, que momentos antes recebera uma informação da polícia sobre a possibilidade de alguns manifestantes não serem nem motoristas, nem cobradores de ônibus. Muitos dos que ali estavam usavam uma pulseira amarela, que serviria para identificar as pessoas que tinham recebido dinheiro para estarem no local. Quando soube disso, o repórter foi perguntar aos próprios manifestantes se estavam usando a pulseira em troca de alguma coisa. Todos negaram. Logo depois, um grupo de cinco pessoas o cercou e, enquanto o agredia, dizia para não tocar no assunto das fitas.

A agressão sofrida pelo jornalista repercutiu de forma negativa no sindicato e nos jornais da região. O Sindicato dos Jornalistas do Paraná divulgou nota de repúdio à agressão. A manifestação era de apoio ao presidente do Sindimoc, que vem sofrendo pressões internas.

Transcrito da Gazeta do Povo de 6/2/2002

Sindicato repudia a agressão

O Sindicato dos Jornalistas reagiu à agressão a jornalistas praticada por pessoas ligadas ao Sindimoc - Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba. Foi enviado ofício ao presidente da entidade, Denílson Pires da Silva, pedindo explicações e divulgada nota de repúdio, que segue abaixo.

Nota de repúdio

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná repudia a agressão a jornalistas cometida no dia 4 de fevereiro de 2002, na Praça Rui Barbosa, em Curitiba (PR), por pessoas ligadas ao Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba (Sindimoc). A agressão teve a clara intenção de inibir o trabalho dos jornalistas, que não desrespeitaram princípios éticos ou faltaram com profissionalismo. A ação configura um grave atentado à liberdade de imprensa e, por consequência, à democracia. O Sindicato dos Jornalistas exige uma explicação formal por parte do Sindimoc e das pessoas envolvidas. Alerta também que tomará todas as medidas necessárias para garantir os direitos dos jornalistas agredidos e para impedir que episódios lamentáveis como esse aconteçam novamente.

Homens contratados pelo Sindimoc tumultuam a assembléia convocada pelos dissidentes



diploma

Diferenças de formação

O cirurgião-dentista Valdir Konzen, de Toledo, suicidou-se em 23 de janeiro de 2000, relacionando seu ato às chantagens do colunista Sérgio Ricardo, da Gazeta do Paraná, de Cascavel. Ele deixou duas cartas explicando que perdera a vontade de viver, depois que seu nome apareceu na coluna de Sérgio Ricardo, em cinco notas, que insinuavam estar o dentista mantendo um caso homossexual. “Estou desesperado e desacreditado na vida! Nunca fiz o que se comenta”, escreveu Konzen em uma das cartas. Sérgio Ricardo não tinha curso de comunicação e utilizou de maneira antiética espaços jornalísticos.

Três dias antes, Antonio Almeida, proprietário da revista Estado e também colunista da Gazeta do Paraná, foi preso em flagrante quando recebia R\$ mil da Prefeitura de Cascavel, referente à primeira parcela de R\$ 5 mil exigidos por ele para não espalhar na cidade panfletos contra o prefeito Salazar Barreiros (PPB). Antonio Almeida, o Magal, também não tinha diploma de curso de jornalismo.

Os dois casos de Cascavel levaram o Sindicato dos Jornalistas a fazer um levantamento sobre as pessoas em situação irregular que trabalhavam na imprensa local e encaminhar denúncia à Procuradoria do Ministério Público do Trabalho contra a empresa que contratou de forma irregular pessoas sem registro no Ministério do Trabalho, portanto sem condições de exercer a profissão.

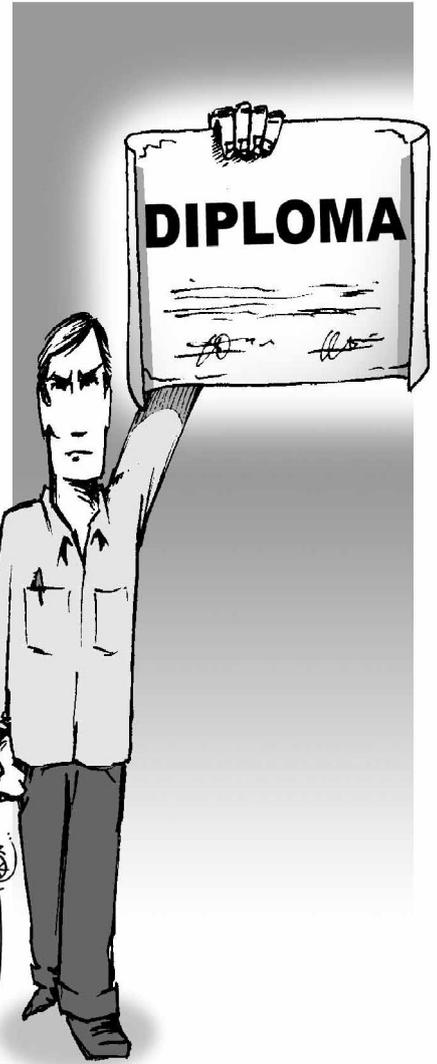
Os casos de suicídio e de extorsão são os exemplos mais graves do que pode ocorrer quando pessoas não habilitadas em curso de Jornalismo ocupam espaços de meios de comunicação no exercício ilegal da profissão. Um jornal feito por não-jornalistas também pode trazer aborrecimentos ao jornalista responsável que não acompanha a sua produção. Foi o que aconteceu com o Jornal da Barreirinha, que nas últimas eleições para prefeito

de Curitiba saiu com a manchete “O bem venceu o mal na última batalha do século” A foto do “bem” trazia Cassio Taniguchi abraçado a uma idosa, enquanto o “mal” era representado por Ângelo Vanhoni, Roberto Requião e Álvaro Dias. O responsável pelo jornal era o jornalista e vereador Jorge Bernardi (PDT), que apoiou Vanhoni no segundo turno.

Tomando o exemplo dos jornais de bairro, “uma das diferenças entre uma publicação feita por um profissional formado e as outras é que este se preocupa mais com a comunidade e quer ser o seu porta-voz. Concentra sua atenção no que está ocorrendo no bairro e vai atrás da notícia que o jornal grande normalmente não publica. Quem não é jornalista se interessa mais pela parte comercial, não se preocupa em buscar a notícia e não tem visão comunitária”, observa o jornalista Ramón Ribeiro, responsável pelo Jornal do Bairro Alto.

Opinião parecida tem Mário Milani, editor da revista Crea/PR, que trabalhou muitos anos no interior do Estado e em jornais de bairro de Curitiba. “A maioria dessas publicações é feita por não-jornalistas, e a sua falta de qualidade é visível. Não sabem como escrever uma notícia, que muitas vezes vem cheia de erros de português e de informação. A maioria só se preocupa em faturar ou está atrelada a políticos e tem pouca consideração pela ética. Pior ainda é no interior, mesmo onde há jornalistas provisionados”, ele diz.

Mantendo sua posição de defesa da regulamentação dos jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná enviou no final de fevereiro um ofício a trinta conselhos regionais e sindicatos de várias categorias profissionais pedindo o seu apoio pela manutenção da regulamentação profissional em Jornalismo. Em anexo, enviou um abaixo-assinado pedindo a assinatura dos integrantes da diretoria e/ou conselho das entidades.



Considero ilegítimo o movimento que está tentando extinguir o diploma do curso de Jornalismo no país. A profissão de jornalista é muito importante para o desenvolvimento de uma nação. As pessoas que escrevem sem ter feito o curso desconhecem as técnicas de transformar os fatos em notícias. A sociedade precisa de informação com qualidade, ética e democrática.

Os jornalistas devem ser formados em universidade. Ali eles freqüentam disciplinas específicas que lhes ensinam, os orientam e capacitam a bem atuar no exercício da profissão.

Afonso Correa de Araujo, presidente do Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná

A sociedade precisa de informações de referência, para embasar as diversas profissões. O importante não é tanto o diploma, mas a preparação dos profissionais.

Se a decisão da juíza for confirmada, extinguindo a exigência do diploma, um jornalista especializado em determinada área também poderia atuar como advogado, médico ou engenheiro. O que se discute é o que está por trás do diploma: o conhecimento e a referência ética. E é na universidade que se tem essa formação.

Mário Milani, editor da revista Crea/PR

A exigência do diploma é indispensável, porque o profissional de comunicação precisa de conhecimentos gerais e de uma formação que só a universidade pode dar. Os que querem obter registro sem uma fundamentação mais sólida só trarão prejuízo para a imagem da categoria. Para escrever um só texto não é necessário o diploma, mas para exercer a profissão são necessários maiores conhecimentos e a formação em um curso específico da área.

Carlos Bittencourt, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

O diploma é constitucional

A exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista é constitucional e deverá ser mantida. A suspensão da liminar não foi concedida num primeiro momento, mas deverá acontecer no julgamento do recurso. Esta confiança vem do fato de que esta não é a única liminar concedida com esta finalidade e não será a última. A diferença é que esta foi concedida numa ação de autoria do Ministério Público.

Quem afirma isto é o advogado Claudismar Zupiroli, assessor jurídico da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), comentando a possibilidade da manutenção da exigência do diploma para que um profissional trabalhe como jornalista. Como é do conhecimento da categoria, a juíza substituta Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Federal em São Paulo, concedeu uma liminar em ação civil pública do Ministério Público suspendendo a exigência do diploma de graduação em comunicação social para a concessão do registro profissional. A ordem judicial foi dirigida ao Ministério do Trabalho, a quem compete emitir os registros, e não aos sindicatos, que em geral encaminham as indicações.

Segundo Zupiroli, a decisão judicial se baseou no entendimento de que a exigência do diploma, contida no artigo 4º do Decreto Lei nº 972 de 1969, não teria sido recepcionada pela Constituição de 1988. A juíza entendeu que a exigência não estaria mais em vigor diante da liberdade de informação e de imprensa assegurada constitucionalmente, assim como em razão da garantia da liberdade do exercício de qualquer ofício ou profissão. Entendeu, ainda, que a exigência do diploma também estaria contra a Convenção Americana dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil em 1992, e que igualmente assegura a liberdade de informação e expressão.

Contra o despacho, a Fenaj, junto com os sindicatos dos jornalistas, ingressou com um pedido de intervenção como terceiro prejudicado no processo e, ao mesmo tempo, ingressou com recurso no Tribunal Regional Federal de São Paulo visando a suspensão da decisão. A Advocacia Geral da União também ingressou com recurso contra a mesma decisão. Esses recursos foram rejeitados pelo juiz federal Manoel Álvares e, agora, o julgamento final ficará a cargo da 4ª turma do TRF, que poderá ocorrer a qualquer momento. Se essa turma não cassar a liminar da juíza Carla Rister, a Fenaj e a Advocacia Geral da União entrarão com recurso no Superior Tribunal do Trabalho, em Brasília. Nesse caso, a decisão levará muito tempo

Zupiroli espera que os argumentos usados pela juíza não venham a prevalecer, até porque já foram afastados em outros julgamentos. Segundo ele, todas as decisões são unânimes em afirmar que o Decreto-Lei 972 de 1969 está integralmente em vigor e que a exigência do diploma é garantia de qualidade da informação, não contrariando a liberdade de imprensa nem do exercício profissional.

Um julgamento feito em 2000 (REOR nº 830) afirma que, “se o próprio texto constitucional, ao garantir a liberdade de informação jornalística e do exercício das profissões, reserva à lei dispor sobre a qualificação profissional, é óbvio que o decreto acima mencionado foi recepcionado pela nova Carta. Além disso, a regulamentação das profissões é muito salutar em qualquer área do conhecimento humano. Impor aos profissionais do jornalismo a satisfação de requisitos mínimos, indispensáveis ao bom desempenho do ofício, longe de ameaçar a liberdade de imprensa, é um dos meios pelos quais, no estado democrático de direito,

se garante à população qualidade na informação prestada”.

No mesmo julgamento, o juiz garante que não se pode esquecer “a importância do jornalista como formador de opinião”. Por isso, “é pertinente a exigência de registro e formação acadêmica, pois a atuação nesta área não prescinde de conhecimentos técnicos específicos e, sobretudo, de preceitos éticos”.

A Coordenadoria de Interesses Difusos e Coletivos do Ministério Público do Trabalho tem o mesmo entendimento. Em 1996, na apreciação prévia nº 145, deliberou que as normas relativas à profissão de jornalista, mesmo tendo sido editadas antes da promulgação da Constituição de 1988, por não estarem em confronto com ela, foram recepcionadas, encontrando-se em plena vigência.

No mesmo sentido, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná decidiu em 2000 que “o diploma de curso superior de jornalismo ou comunicação social é imprescindível para a configuração da função de revisor”, como prevê a alínea “g” do artigo 6º do Decreto-Lei 972 de 1969. Se é assim, observa Claudismar Zupiroli, para as demais funções previstas nas alíneas “a” e “f” do mesmo artigo, que se referem ao redator e arquivista-pesquisador, também se exige o diploma em curso superior, confirmando a vigência do artigo 3º, V do mesmo decreto.

Deste modo, afirma o assessor jurídico da Fenaj, qualquer tentativa de revogar aquela norma sob a alegação de inconstitucionalidade mal disfarça o objetivo de banalizar a profissão e permitir que os padrões da comunicação social desmobilizem a categoria profissional e rebaixem o nível salarial, em prejuízo da qualidade da informação prestada à sociedade.

Os jornalistas têm que estar mais unidos. Sem diploma, as coisas ficam ainda mais complicadas. Por que as outras categorias precisam de diploma e nós não?

Suman Gaertner, da Assessoria de Imprensa
da Câmara Municipal de Curitiba

É um absurdo que haja uma decisão de não exigir diploma de uma profissão como a de jornalista. Os jornalistas tiveram um papel fundamental no processo de democratização e na defenestração de políticos corruptos. É ruim que agora venha uma decisão desobrigando a exigência de diploma e de curso para os jornalistas. A categoria precisa lutar para que haja a regulamentação da profissão e a criação do Conselho de Comunicação, que só fortalece a democracia na sociedade, como vimos com a criação de outros conselhos. O estrago ético que um jornalista sem habilitação pode causar é tão grave quanto o de um advogado ou um médico. A formação é necessária e a regulamentação garante a qualidade da própria profissão. É preciso lutar pela qualificação, já que não é possível brechar a criação de novas faculdades.

Dionísio Barazewski, presidente do
Conselho Regional de Psicologia do Paraná

O diploma foi uma grande conquista dos jornalistas e a decisão da juíza federal é ao arrepio da lei, e visa atender os interesses de grandes empresas jornalísticas que não têm compromisso com o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais. Sou amplamente favorável ao diploma e considero a decisão uma violência contra os jornalistas e mais especificamente contra os estudantes de Jornalismo que fazem cursos em dezenas de faculdades que proliferam, num mercado restrito. Hoje temos a “indústria” das faculdades, que são encontradas em cada esquina. Mas, apesar disso, um jornalista mal formado é melhor que um curioso. Defendo o diploma intransigentemente. O argumento de que é uma lei da ditadura não tem fundamento. A luta pelo reconhecimento vem desde a década de 50 e só na de 60 os jornalistas garantiram o diploma. E a lei faz uma concessão para os provisionados. Ela não atenta contra a liberdade. Hoje temos a liberdade dos donos, e não dos jornalistas.

Jorge Bernardi, jornalista e vereador na Câmara
Municipal de Curitiba, PDT



“Somos jornalistas e temos uma profissão”

Treze registros provisórios na DRT

As sociedades contemporâneas, cada vez mais complexas, exigem o conhecimento de assuntos de interesse público que circulam em toda as áreas, da Medicina à Antropologia, da Engenharia ao Direito, da Biotecnologia à História. É preciso saber, no calor da hora, de temas, fatos e versões que ocorrem tanto em tais áreas quanto nas ruas. Para isso, existe um profissional, envolvido diariamente com o seu fazer, que busca informações, as apura, faz entrevistas, contextualiza, registra e edita, para que mais gente, em todas as áreas e em todos os cantos, possa tomar conhecimento e melhor se situar frente à realidade. Este profissional se chama jornalista.

Em escala pública e dimensão planetária, em períodos extremamente curtos (dia, hora, minuto – tal como é o andar diário da humanidade), e em linguagem acessível à população e não hermética, há profissionais que se empenham para esta reconstrução do mundo. Este profissional se chama jornalista.

Sem este profissional, não há jornalismo. Para a informação jornalística é preciso qualidade, são necessários pressupostos éticos, conhecimentos técnicos e tecnológicos – da tevê ao rádio, da internet à revista, do jornal ao planejamento gráfico. Em todas estas coberturas e atividades e para todos estes suportes tecnológicos, é preciso cuidado na apuração, rigor na exatidão, obediência a preceitos éticos, qualidade na produção estética, cuidado e precisão nas conseqüências da forma de divulgação.

Há um profissional que se preocupa com isso. Ele se chama jornalista.

A informação com tais características, produzida por jornalistas, permite à sociedade maior liberdade, além de mais e melhor opção de escolha. Permite melhor escolha e decisão nos caminhos a seguir.

Depois de 60 anos de regulamentação profissional e 80 de luta pela formação superior em Jornalismo, há agora a clara ameaça do fim de quaisquer exigências para o exercício da profissão.

O ataque contemporâneo do neoliberalismo à profissão jornalística é mais um ataque às liberdades sociais e às profissões em particular. Com isso, amplia-se o campo das desregulações em geral e aumentam as barreiras à construção qualificada e lúcida de um mundo mais democrático, visível e justo.

O ataque ao jornalismo é também um desrespeito à sociedade, que diminui sua amplitude de escolha, diminui o espaço de liberdade e de confronto de opiniões. Há claros prejuízos à ética profissional e amplia-se o controle sobre quem entra nas redações – do interesse particularizado expresso na contratação de apadrinhados políticos e ideológicos ao aviltamento profissional e salarial, por meio de contrato de pessoas que nada têm a ver com a formação específica na área.

Hoje, já existe liberdade garantida para quem quiser expor sua opinião, como entrevistado ou articulista de uma determinada área. Com a desregulamentação, contudo, perde-se as raízes da vinculação do jornalismo ao interesse público, razão de sua consolidação como profissão nos últimos 60 anos. Com isso, além da própria categoria profissional ter redução de empregos, desprestígio em seu reconhecimento público, a própria sociedade, no conjunto, perde a referência qualitativa dos acontecimentos do dia-a-dia, essenciais para a liberdade de escolha do dia seguinte.

O ataque à regulamentação em Jornalismo atinge profissionais e estudantes, desrespeita as identidades de cada área, – e nisso desrespeita também as demais -, e fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. É um ataque, portanto, ao próprio futuro do país e da sociedade brasileira.

FENAJ- Federação Nacional dos Jornalistas

A exigência do diploma é um procedimento que dá garantia de qualidade à profissão e também aos que recebem a notícia. Já estamos longe da Idade Média, onde um mestre ensinava a alguns poucos aprendizes. Só evoluímos quando o conhecimento se torna sistematizado, o que ocorre na Universidade. Quando o conhecimento artesanal começa a se sobrepor ao que foi acumulado, isso acaba trazendo um desserviço à sociedade. A exigência do diploma dá legitimidade à profissão. Faz com que o conhecimento acumulado esteja disponível para as pessoas que o procuram e buscam reproduzi-lo. No caso do aprendiz, ele quase sempre acaba beneficiado por relações pessoais.

Tadeu Veneri, vereador na Câmara Municipal de Curitiba, PT

A Delegacia Regional do Trabalho do Paraná já concedeu treze registros profissionais após a liminar concedida pela juíza Carla Rister. Mais 30 pedidos já foram feitos e 26 deles encaminhados para avaliação pela assessoria jurídica da DRT. Os registros concedidos são provisórios e até agora foram atendidos sete pedidos de Curitiba, três de Ponta Grossa, dois de Maringá e um de Londrina. Hoje, para obter um registro, basta levar à DRT documentos como carteira de identidade e CPF e um trabalho que comprove a atuação num veículo de comunicação.

Por enquanto, São Paulo é o Estado onde mais foram solicitados registros profissionais por quem não fez curso de comunicação, segundo levantamento feito pelo portal Comunique-se até o dia 15 de fevereiro. Lá, 276 pessoas sem diploma já obtiveram registro na DRT do Estado e outros 100 pedidos estão sendo aviados. Em Minas Gerais, 57 pedidos haviam sido atendidos até 31 de janeiro. Quarenta e oito registros foram concedidos no Rio Grande do Sul, 35 no Rio de Janeiro e 20 no Distrito Federal.

Na Bahia, apenas um pedido foi atendido e três estão em avaliação. Três não-diplomados também foram registrados no Espírito Santo e apenas um em Santa Catarina. No Ceará ainda não ocorreu nenhum pedido e no Acre os registros já eram provisionados, pois não há Escola de Comunicação no Estado. Desde a suspensão provisória da exigência do diploma o número cresceu, já que o registro vale em todo o território nacional.

Enquetes

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná fez duas enquetes sobre a exigência do diploma para o exercício da profissão. Na primeira, a pergunta era: “Qual o principal efeito que o fim da exigência do diploma provocaria no jornalismo?” A resposta “Aumentaria os atentados à ética da profissão” recebeu 41,18% dos votos, enquanto 29,41% acham que “diminuiria a qualidade da informação” e outros 29,41% que “prejudicaria a valorização da profissão de jornalista”. Três alternativas: “Dificultaria a elitização da profissão de jornalista”, “Favoreceria a liberdade de imprensa, dando mais acesso para pessoas sem diploma manifestarem opiniões” e “Os jornalistas perderiam menos tempo e dinheiro nas faculdades, que ensinam mal” não foram clicadas por nenhum internauta.

Na segunda enquete, que pedia a opinião dos internautas sobre a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, 85,71% responderam que são favoráveis à exigência do diploma e 14,75% acharam que a questão é muito complicada e precisa ser melhor discutida.

ação sindical

Sindijor investiga acordo

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná esteve reunido no dia 14 de março com a Folha de Londrina e o Estado do Paraná, na Delegacia Regional do Trabalho, em Curitiba. O assunto foi um possível acordo entre as duas empresas para troca de material jornalístico. O representante da Folha, Germano Vieira, negou essa possibilidade e afirmou que o interesse da empresa, ao procurar o Grupo Paulo Pimentel, era comercial, ou seja, para vender material produzido pela agência Folha News.

A Folha News existe hoje no papel, como pessoa jurídica, mas não tem operado com uma estrutura independente da Folha de Londrina. Germano Vieira relatou que tem desenvolvido esforços para recuperar a agência, que teve parte de sua estrutura destruída por um incêndio há dois anos.

O representante do Estado do Paraná, o advogado Marcos Malhadas, confirmou que a empresa foi procurada pela Folha de Londrina para discutir a questão da agência de notícias, além de assuntos comerciais. Ele esclareceu ainda que, se o Grupo Paulo Pimentel vier a planejar qual-

quer mudança desse tipo, conversará antes com o Sindicato.

Já Germano Vieira adotou uma postura agressiva e preferiu hostilizar o Sindicato. Insinuou que a entidade estaria fazendo demasiado alarme por causa de "boatos" e que estaria atuando contra a estabilização financeira da Folha. Mas, depois de repreendido e de ter recuperado o controle, assinou a ata da reunião, em que se compromete a manter o diálogo com a entidade sindical e informar qualquer fato novo relacionado ao assunto da reunião. O presidente do Sindijor, Mário Messagi Júnior, afirmou que obteve a informação do acordo de fonte segura e que luta em defesa dos jornalistas, não contra as empresas.

Messagi alertou as empresas que o Sindicato tem mecanismos jurídicos para tentar impedir danos aos jornalistas, principalmente na questão do direito autoral. "Vamos acompanhar com muito cuidado os passos da Folha de Londrina e ficar prontos para intervir, caso seja necessário", afirmou.

mídia 2002

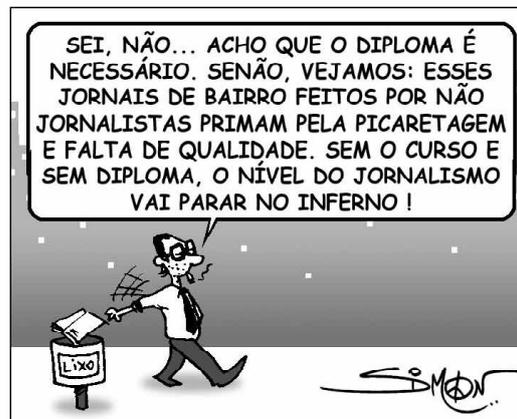
Luiz Augusto Costa



A Arfoc participou da Feira Mídia 2002, 3ª Feira da Comunicação e seus fornecedores, de 5 a 8 de março, no Centro de Exposições de Curitiba, no Parque Barigüi.

Magal, O Repórter Legal

simontaylor@iname.com





entrevista

Mauri König, o recordista paranaense em prêmios

Mauri König é o jornalista paranaense que mais prêmios nacionais ganhou até agora. Ele foi contemplado com os prêmios Esso Regional Sul, Embratel Regional Sul e Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, patrocinado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. E foi um dos finalistas do prêmio Mídia da Paz, promovido pela revista Imprensa. Publicou as reportagens vencedoras em O Estado do Paraná, do Grupo Paulo Pimentel, jornal que o demitiu ao fechar todas as sucursais da empresa no interior. Ele trabalhava na sucursal de Foz do Iguaçu e investigava irregularidades cometidas por policiais do Paraguai, quando foi preso e torturado. Nesta entrevista, Mauri fala sobre a imprensa brasileira e paranaense, as demissões que ocorreram nos últimos meses, os prêmios que ganhou e se declara favorável à exigência do diploma para o exercício profissional, embora seja provisionado e esteja cursando o terceiro ano de Jornalismo em faculdade de Foz do Iguaçu.

EP – Que análise faz da imprensa brasileira?

Mauri König – Olha, existe uma diferença abismal entre a imprensa que temos e a imprensa que deveríamos ter. De qualquer forma, acredito que num balanço geral ela tem mais ajudado do que prejudicado a sociedade. Se por um lado tornou-se um tribunal de exceção, julgando e condenando por conta própria, de outro tem sido uma importante aliada no combate à corrupção e outros problemas sociais. Desculpe-me a má comparação, mas daria para dizer que, mesmo com seus vícios, a imprensa brasileira vem apresentando superávit. Veja agora os casos mais recentes, de como a imprensa ajudou na solução do seqüestro de Washington Olivetto, na renúncia de ACM e Jáder Barbalho, apenas para citar dois exemplos. Acredito que sem a imprensa o Brasil estaria mais pobre e ignorante.

EP – E no Paraná?

MK – Veja bem, a imprensa no Paraná é um reflexo da imprensa no restante do país. No geral, existem os mesmos vícios e as mesmas virtudes. O mesmo comprometimento com o poder estabelecido. A verdadeira imprensa é a que tem o direito de criticar, sem a obrigação de elogiar. Claro que nem sempre isso é possível, mas estamos num meio termo aceitável. O ápice da profissão está no eixo Rio-São Paulo-Brasília, mas os jornalistas do Paraná estão cada vez mais mostrando o seu potencial. O Paraná já não é visto apenas como celeiro de grãos, mas também como um importante centro formador de mão-de-obra qualificada em jornalismo.

EP – Como você vê as demissões nos jornais do Paraná e do Brasil, que estão ocorrendo há meses?

MK – Este é mais um jogo do capitalismo. Óbvio que as redações estão sendo preparadas para a abertura da imprensa ao capital estrangeiro, tamanha a confiança na mudança do artigo 222. Também tem o dedo da incompetência nisso tudo. Mas não devemos nos iludir, porque isso vem ocorrendo sistematicamente em vários outros setores, não só nas redações. Operário é peça descartável seja na construção, na engenharia, nos escritórios ou na escrita. No caso particular da imprensa, a obtusidade dos patrões não os deixa ver a importância de manter um bom quadro de jornalistas. Vêm isso como despesa. Que barbaridade, não? Quantas notícias você viu nos últimos meses anunciando a demissão de publicitários? Possivelmente nenhuma; mas de jornalistas...

EP – Então você acredita que deveria haver uma equidade nas demissões?

MK – Eu não diria exatamente assim, mas diria que na “hierarquia” da mídia a notícia vem primeiro que a publicidade. Por quê, então, o jornalismo é só visto como despesa e discriminado na hora dos cortes? Claro que um jornal não sobrevive sem publicidade, mas também não existiria sem notícia. Um jornal não entra para a história pelos anúncios que veicula, mas pelas reportagens que publica.

EP – Considerando o seu caso particular, como você encarou seu desligamento de O Estado do Paraná, vindo em seguida a conquistar tantos prêmios com reportagens publicadas no próprio jornal?

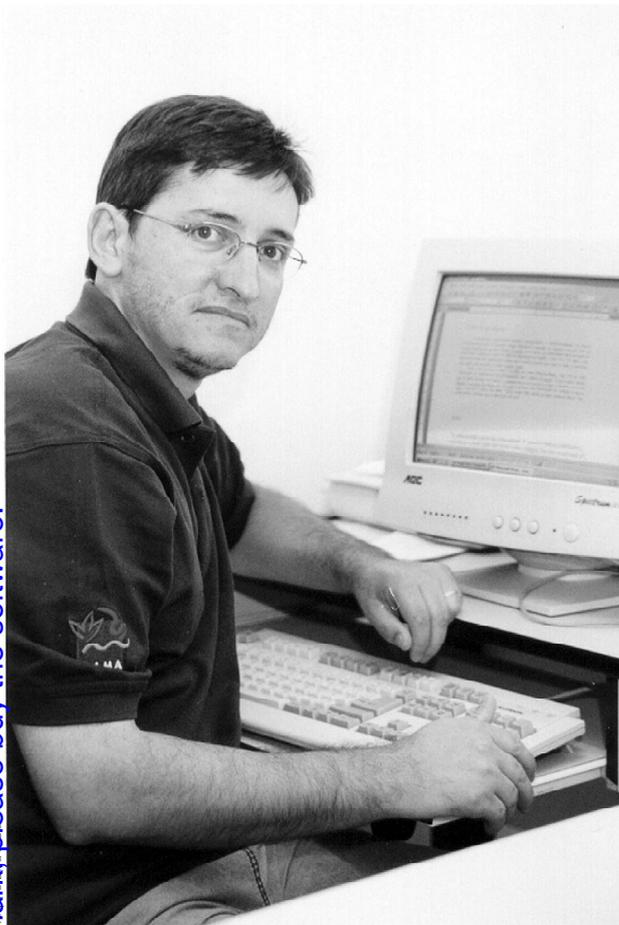
MK – Encarei com naturalidade. A gente vai descobrindo que isso faz parte do aprendizado da vida. E, além do mais, eu já tinha tido uma experiência traumática ao deixar a Secretaria Municipal de Comunicação, em 1999, por não compactuar com irregularidades. Hoje minha relação com o jornal e os colegas que lá trabalham é a melhor possível. Foi um jornal que me possibilitou um crescimento profissional.

EP – O que você acha do fechamento das sucursais de O Estado do Paraná e da TV Iguaçu no interior do Estado, principalmente em cidades importantes como Maringá, Cascavel, Londrina e Foz do Iguaçu?

MK – É realmente triste. Nós, profissionais da área de comunicação, não perdemos só o emprego, perdemos conceito e a representatividade diante de uma sociedade que tanto precisa de alguém que fale por ela. E a imprensa, pelo menos em parte, desempenha este papel. Os profissionais perdem muito, mas quem mais perde com isso é a sociedade paranaense. O cidadão que deixa de ter esses canais de informação, de orientação. O Grupo Paulo Pimentel sempre teve uma presença muito forte no Paraná, e isso me leva a crer que esta situação de crise vai passar. A crise é financeira, e não político-ideológica. Portanto, creio que em breve teremos novamente esses espaços ocupados no mercado.

EP – Como foi sua trajetória profissional?

MK – Meu ingresso no jornalismo deu-se em 1992, por indicação de um amigo da faculdade, pouco antes de concluir o curso de Letras na Uniãoeste. Comecei a trabalhar como repórter num semanário standard, o Jornal de Foz, do qual seria editor meses depois. Na época, havia poucos profissionais formados no mercado. Depois disso passei pela sucursal da Folha de Londrina e ao mesmo tempo comecei a escrever para o Estadão, o que faço até hoje. No início de 1997 deixei a Folha para ingressar



* A imprensa tem mais ajudado do que prejudicado a sociedade *

na atividade pública, como diretor de Imprensa da Prefeitura de Foz. Dez meses depois assumi como secretário municipal de Comunicação, cargo que ocupei por pouco mais de um ano. Saí em janeiro de 1999, já fazendo frilas para o caderno Paraná da Gazeta Mercantil. Passei ainda pelo jornal O Estado do Paraná, onde tive a oportunidade de fazer algumas reportagens que considero muito importantes. Hoje faço assessoria de imprensa para uma empresa local e para um deputado estadual, além de continuar fazendo frilas para o Estadão.

EP – Qual sua posição sobre a exigência ou não de diploma para um profissional trabalhar no jornalismo?

MK – A despeito do meu histórico profissional, todo ele embasado na prática, sou um árduo defensor do diploma para jornalista, tanto que entrei na primeira turma do primeiro curso de Jornalismo que surgiu na cidade, há dois anos. Só não fiz o curso antes porque não havia em Foz. Sou de uma turma forjada na prática, que se iniciou na profissão por uma carência do mercado. Se a oportunidade de um curso superior tivesse surgido antes, talvez muitos caminhos da profissão tivessem sido abreviados.

EP – Então como você analisa a liminar judicial dispensando o curso específico para a prática do Jornalismo?

MK – Bem, na minha opinião a juíza que emitiu essa liminar prestou um grande desserviço à

sociedade brasileira. Ela não só conseguiu lançar milhares de estudantes e profissionais já formados num abismo de angústia, como também desrespeitou uma profissão tão importante para a sociedade quanto a dela própria. O Jornalismo não é uma subprofissão; não é um hobby que médicos, engenheiros, políticos ou qualquer pessoa pode exercer nas horas de folga. Jornalismo é coisa muito séria, e precisa ser levado a sério. O Brasil não pode incorrer no risco de lançar atividade tão relevante nas mãos de autodidatas ou de pessoas que se julgam jornalista apenas porque sabem conjugar verbos ou fazer uma concordância. Muito mais do que saber escrever, é preciso ter compromisso com o que se escreve e para quem se escreve. Quem, senão o jornalista, é o mais apto para isso?

EP – A juíza argumenta que todos têm o direito de escrever, de se manifestar na imprensa.

MK – Sim, mas a exigência do diploma não implica em cerceamento da liberdade de expressão. Um médico, um engenheiro, um político não deixarão de manifestar sua opinião, vão apenas continuar tendo o espaço adequado aos colaboradores. Não é recomendável que um médico use o computador de uma redação, assim como não cabe a

um jornalista manusear um bisturi. Cada qual deve se preparar para sua respectiva profissão.

EP – Podia contar um pouco da história dos prêmios que você ganhou?

MK – Olha, eu nunca tive o hábito de inscrever matérias em concursos de jornalismo. Havia feito isso só duas vezes, ambas no Prêmio Esso. Desta vez foi diferente. Depois do incidente ocorrido comigo no Paraguai, recebi inúmeras manifestações de amigos, muitos deles incentivando-me a inscrever a matéria. Alguns até me trouxeram regulamentos de prêmios. Inscrevi a reportagem em seis deles e tive o privilégio de ganhar três.

EP – Que matéria é esta que lhe deu os prêmios?

MK – Eu sempre estive muito ligado profissionalmente aos diferentes assuntos da fronteira. A relação Brasil-Paraguai é particularmente especial. Agora mesmo concluí uma série de reportagens publicada no jornal O Estado do Paraná, com um minucioso levantamento sobre os problemas dessa região fronteira. A reportagem que levou os prêmios também diz respeito ao Paraguai. Tratava do recrutamento irregular e mortes misteriosas de crianças nos quartéis paraguaios. A minha primeira abordagem sobre o assunto foi em dezembro de 2000, no jornal O Estado do Paraná. A matéria saiu em duas páginas, cinco dias depois de eu ter sofrido um atentado no Paraguai enquanto

investigava o assunto. A seqüência saiu quatro meses depois, desta vez com o dobro do tamanho e com muito mais informações. Novas denúncias começaram a brotar de várias fontes e eu não tinha como não voltar ao assunto. Mas desta vez voltei ao Paraguai com um esquema especial de segurança. Tive o apoio da senadora opositorista Elba Recalde, do PLRA, fonte antiga que eu cultivava por lá. Além de fonte, ela revelou-se uma grande amiga.

EP – Explique melhor este atentado que você sofreu no Paraguai.

MK – Bem, foi a experiência mais traumática da minha vida. Aconteceu numa das minhas cinco idas ao Paraguai para apurar as denúncias de recrutamento ilegal de menores para as Forças Armadas de lá. Nas quatro vezes anteriores eu havia ido com o fotógrafo Nilton Rolin, da sucursal de Foz de O Estado. Eu nem imaginava que nós estávamos sendo observados. Eles escolheram o dia em que eu estava sozinho para me espancar. O Nilton ficou revelando as fotos do dia anterior e eu fui colher mais dados na região de San Alberto, a uns 80 quilômetros da fronteira com Foz do Iguaçu. Fui parado numa falsa blitz policial numa estrada vicinal, no meio de plantações de soja. Um homem com a farda da Polícia Nacional do Paraguai fez sinal para que eu parasse. Parei e fui arrancado do carro por ele e outros dois homens em trajes civis. Jogaram-me no chão, atrás de uma caminhonete vermelha, e começaram a me espancar com chutes, socos, pedaços de pau e corrente.

EP – E como você escapou com vida?

MK – Eu tive muita sorte. Depois de bater bastante, um deles tentou me estrangular com a corrente. Eu estava de bruços no chão e ele com o joelho nas minhas costas. Eu ainda via os pés dos outros dois enquanto ele forçava com a corrente no meu pescoço. Quando eu já estava todo mole e perdendo os sentidos, sem reação nenhuma, ele retirou bruscamente a corrente. Acho que pensaram que eu já estivesse morto. Fiquei estendido no chão, imóvel, até que eles se afastassem. Dei um tempo e levantei-me. Foi quando vi que haviam quebrado minha máquina fotográfica, velado o filme, amassado o carro do jornal e escrito com faca ou pedra no capô a frase “Abajo prensa de Brasil”. Mesmo com as costas arrebentadas, os braços e o rosto machucados, o pé destroncado, eu ainda consegui dirigir até a sucursal do Diário Notícias. Fui atrás dos colegas jornalistas paraguaios. No outro dia o espancamento estava na capa de todos os jornais do país, nas rádios, na televisão. Mostravam os mais de 100 hematomas que ficaram no meu corpo.

EP – Acharam os culpados?

MK – Não! Até hoje o Ministério Público do Paraguai, que começou a investigar o caso, não encontrou respostas. Já a Polícia Nacional tentou desde o primeiro momento negar o envolvimento de policiais. Estava evidente que tudo ficaria no vazio. Mas eu ainda me sinto satisfeito porque essa repercussão toda ajudou a trazer à tona a situação dramática em que vivem menores de 12, 13, 14 anos nos quartéis paraguaios. O Congresso até desengavetou um projeto que torna facultativo o serviço militar no país.



II fórum social mundial

Um movimento contra a globalização

Um outro mundo é possível (mas vai exigir muito trabalho). Esta foi a manchete do Terra Viva, jornal oficial do Fórum Social Mundial, no dia do seu encerramento. No final deste segundo encontro de Porto Alegre, que se realizou de 31 de janeiro a 5 de fevereiro e no qual o Extra Pauta esteve presente, um sentimento comum tomava conta dos 51.350 participantes: a esperança. Um motivo pelo menos permite justificar esse otimismo. A mobilização três vezes maior que no ano passado mostra que a dinâmica do movimento não se quebrou como foi predito logo depois dos atentados de Nova York e de Washington.

Ao final dos trabalhos, os organizadores do evento fizeram uma avaliação, fornecendo alguns números simbólicos. Assim, dos 51.350 participantes inscritos, 22 mil eram mulheres. O número de delegados aumentou para 15.230, representando mais de 4.900 organizações de 131 países. A maior delegação era representada pelo Brasil, seguido por Itália, Argentina, França, Uruguai e Estados Unidos. A presença de 406 norte-americanos, que estiveram quase ausentes no primeiro Fórum, chamou a atenção dos organizadores. Outra constatação foi o crescimento do número de sindicatos presentes em Porto Alegre, ao lado de ONGs e movimentos sociais.

Reforçar os movimentos

“Em 2001, os organizadores de Davos nos desprezaram. Hoje eles não podem mais nos ignorar e a participação no nosso Fórum os deixa preocupados”, explicou Cândido Grzybowski, um dos membros do comitê de organização. “A metodologia também evoluiu. No ano passado, personalidades vieram debater temas que nos interessam. Neste ano, as próprias organizações fizeram as propostas e vão transmiti-las a toda a sociedade civil”, acrescentou ele.

“Estamos no meio de um processo. Em todas as cidades e aldeias, a sociedade civil vai começar a trocar idéias e fazer propostas ao comitê de organização, que será encarregado de ordená-las. Pois o nosso objetivo é reforçar todos os movimentos que lutam através do mundo e devolver a esperança, e não nos tornar o comando dessas lutas”, afirmou Cândido Grzybowski.

Durante o encontro, duas grandes marchas foram realizadas. A primeira, no dia 31 de janeiro, reuniu mais de 50 mil pessoas, que protestaram contra a globalização e pediram a adoção de um modelo econômico que não dê tanta importância aos ganhos das grandes multinacionais e considere principalmente as pessoas. A segunda, no dia 4 de fevereiro, mobilizou mais de 40 mil participantes do Fórum Social Mundial e lançou a campanha continental de luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevendo manifestações em vários países. Outro objetivo foi desencadear um plebiscito popular no Brasil em setembro para decidir sobre a participação do



Mais de 50 mil pessoas se manifestaram contra a globalização

o movimento a reivindicar numa linha sem concessões. Se o Fórum conseguiu atrair este ano organizações moderadas como a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) no campo das ONGs, também trouxe movimentos mais radicais que até então estavam à margem e, em geral, foram estes que deram o tom. Tanto mais que os partidários de uma outra globalização avaliam que a crise na Argentina e a falência do gigante norte-americano da eletricidade Enron são mais duas provas das limitações do modelo liberal.

O acordo que deve ser adotado na conferência de Monterrey, que anunciou suas

Brasil na aliança.

Ao marcar no calendário os próximos encontros mundiais - de novo Porto Alegre em 2003 e a Índia em 2004 -, o movimento mostra que aposta em sua continuidade. Ao anunciarem a realização, cada ano, de diferentes fóruns continentais e regionais, os organizadores do Fórum Social acreditam em sua inserção nas realidades locais. Um fórum europeu na Itália e outro na região do Mediterrâneo já estão programados.

Na opinião dos organizadores, o Fórum cumpriu o objetivo que pretendia atingir. O trabalho de elaboração de propostas está em andamento, de modo mais ou menos definido conforme os temas. Várias questões, como o papel das multinacionais, o lugar da agricultura nas sociedades ou o financiamento do desenvolvimento que será debatido na conferência de Monterrey, no México, de 18 a 22 de março, para citar apenas esses exemplos, agora têm uma alternativa.

Novos economistas se juntaram aos que contestam as instituições internacionais - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e G8 - para ajudá-los a combater o “consenso de Washington”, caixa de ferramentas do liberalismo que as instituições financeiras internacionais adotaram como modelo desde os anos 80 e que os opositores da globalização pretendem desmontar. Diplomados em Harvard ou Cambridge criaram há alguns meses, com o apoio financeiro das Nações Unidas e da Fundação Ford, uma associação chamada Ideas (International Development Economics Associates), para apresentar alternativas econômicas ao modelo.

Um salto em credibilidade

Este salto em credibilidade do movimento, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, não significa menos radicalidade. O sucesso fortalece

grandes linhas alguns dias antes do Fórum, está abaixo das expectativas. Esta reunião, promovida pelas Nações Unidas, tem como objetivo obter das instituições que concentram fundos do Ocidente os incentivos financeiros indispensáveis para reduzir a pobreza de metade do mundo até 2015.

Os bastidores de Porto Alegre, por trás da imagem de uma multidão de mais de 50 mil pessoas que querem debater, se abrem em redes em formação ou já constituídas, em busca de estratégias para levar adiante a luta contra a globalização. Alianças nacionais, regionais, reuniões e movimentos internacionais em torno de campanhas, um calendário de ação para vários anos foram alguns dos resultados do Fórum. Cada continente realizou suas próprias reuniões e fixou sua própria agenda, que passará por manifestações tradicionais, ações diretas e debates. Essas mobilizações vão respeitar a diversidade, como muitos líderes de organização reafirmaram.

Até agora todas as tentativas para estruturar o movimento em torno de uma organização central que teria o poder de falar - e até decidir - em nome das outras fracassaram. O conselho internacional do Fórum Social que reúne, ao lado do comitê brasileiro, 40 movimentos, reafirmou assim que a sua única vocação é organizar os próximos encontros. O movimento sabe que um de seus desafios permanentes é ser capaz de administrar essa diversidade, para não explodir. É não opor as diferentes identidades de um movimento onde se cruzam várias gerações, intelectuais e sem-terra do Sul, desempregados, funcionários e sindicalistas incentivados pela manifestação repentina da sociedade civil que vem fazer concorrência a eles no campo das lutas sociais. Até agora, esta frágil alquimia não se rompeu. Antes de se separarem, milhares de pessoas realizaram uma festa de encerramento em Porto Alegre, com muito entusiasmo e esperança.

II fórum social mundial

Mudar a comunicação

Muito marginais no ano passado, os debates sobre a sociedade da informação, a democratização dos meios de comunicação e os movimentos sociais na Internet encontraram um lugar maior no segundo Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 31 de janeiro a 5 de fevereiro. Várias conferências e oficinas foram dedicadas aos meios de comunicação, lançando propostas para que uma contra-informação seja organizada.

Segundo Osvaldo León, da Agência Latino-Americana de Informação (Alai), com sede no Equador, “cada dia ouvimos dizer que as novas tecnologias vão transformar a vida das pessoas. Mas a verdade é que, nos meios de comunicação sobretudo, não há espaço para transformar nada. Estamos diante da ameaça de que a ditadura do mercado feche tudo o que se refere ao interesse público. Estes meios têm um poder enorme e neles se desenvolveu uma grande força de interesse político. Por isso, as mudanças não virão desses meios. Elas só podem vir dos movimentos sociais”.

Osvaldo León afirmou que a lógica do mercado predominante afasta a população da iniciativa de produzir conteúdos e isso faz com que o espaço de

discussão seja reduzido. “As mudanças não virão de dentro das corporações, por isso os movimentos sociais precisam se organizar pela defesa da democracia. Afinal, o direito à informação é fundamental para o exercício dos outros direitos”, disse León.

Hoje, observa León, há grandes mudanças no processo de comunicação. Ela se transformou num dos pontos de lança da nova economia e sua expansão é avassaladora. Foi neste setor que houve maior concentração, reduzindo a concorrência. São megaempresas criadas por fusões dos diversos meios, sob o mesmo teto. Produtos e serviços ficam no mesmo espaço. Tudo é regido por critérios comerciais, sem levar em conta os direitos do cidadão ou do consumidor.

Para ele, o tema da democratização da comunicação está ligado ao da cidadania. Os cidadãos precisam ser atuantes, para modificar a situação. Hoje já existem coletivos em vários países do mundo destinados a se apropriar das tecnologias da comunicação. León cita como embriões de resistência associações de usuários, a mídia comunitária livre, redes de cidadãos articuladas através da Internet, organizações que oferecem soluções, movimentos culturais e redes de

Carlos Gomes



León:
“Mudanças virão dos movimentos sociais”

comunicação popular.

Para a francesa Joelle Palmiéri, delegada geral da Associação para a Promoção da Economia Social e Solidária (Apress), com sede em Paris, “o controle da comunicação pelos cidadãos é uma questão real na luta contra a globalização e um contrapoder real. Ele caminha junto com o direito à iniciativa econômica alternativa”.

Diante do mercado da comunicação e das estratégias de concentração e de monopólio das multinacionais, o que se deve fazer é “identificar as verdadeiras riquezas e enfrentar o liberalismo no seu campo, a economia. Diante de um mundo dominado pelas finanças, eu me coloco no campo indivisível da democracia em termos políticos, econômicos e sociais. Temos de reconhecer as nossas capacidades e valorizá-las de maneira diferente do que faz o setor financeiro”, concluiu.

Uma ecologia da informação

A informação “dominante” está poluída. “É preciso desenvolver uma ecologia da informação, para limpá-la de uma ideologia que procura converter as pessoas à posição de domesticados e conformados.” Foi com estas palavras, que receberam os aplausos do enorme público presente no auditório da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sede principal do segundo Fórum Social Mundial, que Ignacio Ramonet, diretor do jornal francês Le Monde Diplomatique e professor de Teoria da Comunicação na Universidade de Paris, concluiu a sua análise sobre um dos temas mais debatidos em Porto Alegre.

Para Ramonet, na era da globalização da comunicação, a informação é uma mercadoria e circula de acordo com as leis do mercado. Isto faz com que as “empresas da informação” ofereçam as informações com maior demanda, segundo a lei da oferta e da procura. Para ser vendida, “esta informação deve ser curta, simples, elementar e patética (para distrair, provocar a compaixão e comover), segundo as exigências da cultura de massa”.

Mas, como falar ainda em vender numa sociedade onde as informações são cada vez mais gratuitas, e onde vários jornais novos são distribuídos? pergunta Ignacio Ramonet. E ele mesmo responde: “Nesta sociedade as empresas não vendem mais informação aos cidadãos, mas cidadãos aos anunciantes. Elas vendem audiência.” A informação se mistura com a



Carlos Gomes

Ramonet: “É preciso fazer a contra-informação”

publicidade, e é assim que o analista francês explica “a degradação da condição do jornalista, que vive um processo acelerado de proletarianização”. “Se a informação é gratuita e deve ser curta, simples e patética, por que gastar dinheiro em promover e estimular os profissionais de comunicação?” O que interessa aos empreendedores não é a qualidade das informações, nem a formação da opinião pública, mas simplesmente a venda da publicidade. Os leitores ou telespectadores não são mais um público que é preciso informar e formar, mas reféns de um simples mecanismo de publicidade e consumo. Hoje, há cada vez menos diferença entre uma informação de jornal e um filme de Hollywood.

De agora em diante, os grandes “valores” da informação vão se relativizar, assim como o princípio da verdade informativa e da validade dos mecanismos para verificar essa verdade. Nesta sociedade, “a verdade de uma informação depende do fato de que vários meios de comunicação importantes a repetem e dizem que ela é verdadeira, mesmo que seja falsa. No sentido inverso, uma

informação verdadeira pode ser pulverizada se vários meios de comunicação importantes repetirem de maneira unânime que ela é falsa”.

Segundo Ramonet, é preciso inverter a lógica da informação e fazer a contra-informação. Mas é preciso que essa contra-informação seja feita com notícias verdadeiras, para que não se torne uma guerra de mentiras. A sociedade civil tem que participar cada vez mais e controlar a informação que os meios de comunicação lhe oferecem. A Internet já está oferecendo muita informação que não é dominada pelas grandes corporações e é graças a ela que um número cada vez maior de jovens estão se movimentando no mundo inteiro contra a globalização.

Publicidade x educação

Tudo se modifica no mundo sensível da informação-mercadoria, onde os números falam como verdades. Esta é a reflexão de Roberto Savio, diretor da agência alternativa terceiro-mundista Inter Press Service, com sede em Roma, que também participou como conferencista no segundo Fórum Social Mundial. Enquanto hoje, no mundo, são destinados em média 180 dólares por pessoa para a educação, os gastos anuais per capita com publicidade chegam a 156 dólares, num processo em que a publicidade aumenta na mesma proporção em que a educação pública desaparece.



II fórum social mundial

A cobertura do Fórum

Mais de 2.400 jornalistas do mundo inteiro se credenciaram no segundo Fórum Social Mundial para fazer a cobertura do encontro, enquanto menos de 800 estiveram em Nova York. Assim, além de conquistar a vitória sobre o fórum concorrente de Davos em número de participantes (51.300 contra 3 mil), o Fórum Social Mundial de Porto Alegre também venceu a batalha nos meios de comunicação. Televisões, rádios, jornais, revistas web, nenhum suporte de comunicação deixou de comparecer.

Segundo uma avaliação feita por jornalistas europeus logo após o encerramento do encontro, cinco matérias de Porto Alegre contra uma de Nova York foi a proporção de textos publicados pelos principais jornais da Europa. A criação de um observatório internacional dos meios de comunicação e a conexão de 550 mil internautas na página do FSM por dia mostraram o interesse cada vez maior que o encontro de Porto Alegre vem despertando através do planeta.

Metade dos jornalistas credenciados eram brasileiros. A TVE do Rio Grande do Sul mobilizou cem técnicos e jornalistas para garantir 12 horas diárias alternando reportagens, transmissão ao vivo das principais conferências e entrevistas num estúdio montado especialmente no Fórum. Mais de 50 países estiveram representados por seus repórteres. A começar pelos Estados Unidos, que enviaram representantes do Washington Post, Los Angeles Times, New York Times e da versão espanhola da CNN. Mas foram a França, com cem jornalistas, e a



Carlos Gomes

Mais de 2.400 jornalistas cobriram as atividades do Fórum

Itália que formaram o grosso da imprensa estrangeira.

Até aí, nada de muito diferente, a não ser o número de jornalistas em relação ao Fórum Econômico Mundial de Davos-Nova York. Mas o que surpreendeu foi a grande cobertura alternativa, num fórum alternativo. Várias centenas de jornalistas usaram a Internet para produzir a sua própria informação. Cinqüenta veículos de comunicação ativistas brasileiros, norte-americanos e italianos da Indymedia – uma espécie de internacional da imprensa alternativa online – produziram 24 horas por dia um programa de rádio do “Acampamento da Juventude”, onde montaram suas tendas, à margem do rio Guaíba.

Dez jovens franceses da Attac – Associação para a Taxação das Transações Financeiras de Ajuda ao

Cidadãos, que tiveram parte da viagem financiada pela associação para cobrir o Fórum em sua página, montaram a sua redação num hotel no centro da cidade. Ali organizaram no dia 1º de fevereiro uma conferência online de três horas – que recebeu, segundo dirigentes da associação, cerca de 3 mil visitas – com as cidades de Lião e Marselha.

Outros grupos franceses de mídia alternativa, reunidos na Associação para a Promoção da Economia Social e Solidária (Apress), como Politis, Témoignage Chrétien, Le Courier de Genebra e páginas de informação como Place Publique e Les Pénélopes, também divulgaram em comum matérias, vídeos e fotos no portal da economia solidária, mediasol.org.

Partindo do princípio de que a união faz a força, a Apress juntou seus esforços à Ciranda (www.ciranda.net), uma agência de notícias alternativa, internacional e online que, graças às contribuições de cerca de 300 militantes, garantiu uma cobertura ampla do Fórum, feita de reportagens, crônicas, análises e entrevistas disponíveis em seis línguas.

“A Ciranda é uma tentativa de construir alternativas ao jornalismo de mercado”, explica um de seus fundadores, Antônio Martins, jornalista e dirigente da Attac no Brasil, que pretende continuar esta experiência depois do Fórum de Porto Alegre, “para divulgar todas as manifestações e idéias que estruturam o movimento em favor de uma globalização diferente”.

Informação, um bem comum

Para as associações e ONGs que militam no campo das tecnologias da informação e da comunicação, Porto Alegre permitiu o encontro das diferentes entidades. Só não participaram do segundo Fórum Social Mundial os militantes do programa livre, embora o seu guru Richard Stallman estivesse presente. Todos os outros grupos tiveram a oportunidade de comparar e sobretudo de aproximar suas posições.

Lá estiveram presentes pela primeira vez os agentes da “Internet cidadã e solidária”, como eles próprios se definem (a Vecam - Vigília Européia e Cidadã nas Auto-Estradas da Informação e Multimídia e a Apress - Associação para a Promoção da Economia Social e Solidária) e as redes internacionais (a Alai - Agência Latino-Americana de Informação e a APC - Associação para o Progresso das Comunicações), que atuam mais na área da democratização do uso da Internet nos países do Sul.

Depois de quatro dias de muita troca de idéias, dois seminários de quatro horas cada um

e reuniões improvisadas no hall do Hotel São Rafael, os agentes sociais da Internet formularam uma série de recomendações que devem servir de base para a construção de uma agenda da comunicação para os movimentos sociais e de cidadania.

Partindo do princípio de que “a comunicação é um fator chave no processo de globalização”, eles escolheram como prioridade número um a luta contra a “concentração monopolista” em processo de implantação nos meios de comunicação e nos grupos de telecomunicações, assim como na indústria do software e em termos de produção de conteúdo.

A segunda prioridade é promover a informação como um “bem comum universal”, lutando contra as atuais políticas em matéria de direito de propriedade intelectual acusadas de “proteger os ganhos econômicos e privatizar o conhecimento”. Dentro da mesma lógica, os agentes sociais da Internet colocam como objetivo “defender o espectro radioelétrico contra a privatização e como parte do patrimônio da humanidade” assim

como as liberdades civis e a vida privada contra o “uso invasivo da tecnologia para vigiar e controlar, e contra a legislação repressiva que ameaça a liberdade de expressão e de associação”.

Em termos de produção de conteúdos, eles pedem o respeito ao “pluralismo e à diversidade de expressão”. E, por fim, convidam a manter uma vigilância constante para que as tecnologias de comunicação não se transformem em uma “nova fonte de fragmentação social” e recomendam o desenvolvimento de uma economia solidária no setor das tecnologias da informação.

Para fazer essas idéias avançarem, os participantes do Fórum Social Mundial lançaram oficialmente uma Campanha Internacional pelo Direito à Comunicação na Sociedade da Informação (CRIS). Eles pretendem apoiar-se sobretudo na dinâmica aberta pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação que se realizará em Genebra no final de 2003, e que atribuiu um de seus secretariados executivos à sociedade civil, para dinamizar a campanha.

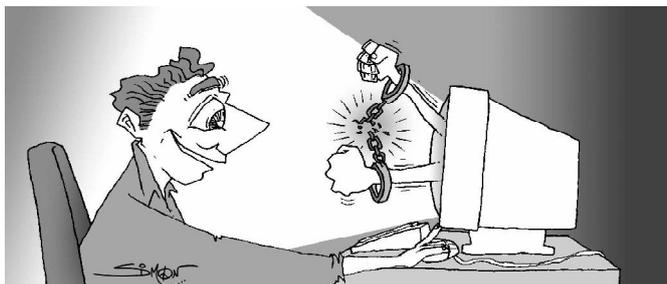
II fórum social mundial

As redes de informação alternativa

É cada vez maior o número de internautas que invadem a Internet para dar uma informação diferente daquela que é oferecida pelos meios de comunicação tradicionais. Militantes contra a globalização, eles investem na Internet para fazer ouvir suas vozes à margem dos meios de comunicação tradicionais, que consideram muito próximos da ordem econômica que contestam.

Em todas as reuniões dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o G8, que decidem as políticas que são aplicadas em todos os países do mundo, as redes de informação alternativa colocam na Internet as manifestações contra um “mundo neoliberal” que acompanham as diversas cúpulas.

Na América do Sul, a Agência Latino-Americana de Informação (Alai), uma das organizadoras do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, dá a palavra em sua página aos movimentos sociais para debater os problemas que a região enfrenta. Na Itália e na Espanha, *Isole nella rete* (“Ilhas na rede”) e *Sindominio* (“Sem



domínio”) se apóiam nos coletivos dos centros sociais para testar a autogestão inclusive na comunicação. Criam agências de “contra-informação”, que são “espaços de construção coletiva e permanente da informação abertos a todos”, como eles mesmos definem. Com esses instrumentos, multiplicam reportagens e editoriais sobre assuntos como o “desastre das políticas neoliberais na Argentina”.

Na França, a Samizdat.net serve como caixa de ressonância de vários coletivos (dos anti-fascistas de No Pasaran ao observatório crítico dos meios de comunicação Acrimed) e publica análises sobre a sociedade de consumo - como, por exemplo, da jornalista canadense Naomi Klein, autora do livro *No Logo* - ou pontos de vista sobre as repercussões da política antiterrorista internacional nos movimentos sociais.

É a Indymedia que encarna com mais força a vontade de “fazer uma informação diferente”. Rede internacional da imprensa alternativa, a Indymedia reúne um grande número de militantes. Só no Fórum Social de Porto Alegre estiveram mais de cem, de vários

países. Trabalhadores, desempregados ou estudantes, na maioria jovens, eles alimentam 70 páginas espalhadas em mais de 30 países, nos cinco continentes.

Não há chefe de redação. Cada internauta pode editar uma matéria, uma foto, uma caricatura ou um vídeo usando uma simples ferramenta de publicação online. O sistema alcança algum sucesso, pois a

galáxia Indymedia totaliza cerca de 500 mil páginas vistas por dia. Mas ele tem suas limitações. Durante a intervenção militar dos Estados Unidos contra o Afeganistão, alguns sites nacionais da Indymedia deixaram passar mensagens anti-semitas, por falta de um filtro editorial.

A Indymedia foi criada em novembro de 2000 por iniciativa de meios de comunicação alternativos como a Free Speech TV e associações norte-americanas como a Public Citizen de Ralph Nader para cobrir a cúpula de oposição à OMC em Seattle. “Contra a globalização, globalizamos a informação alternativa”, diz um de seus fundadores. Em seguida, esteve em todos os encontros de contestação à globalização, de Davos a Doha e Nova York, passando pela cúpula do G8 em Gênova, durante a qual a página registrou 3 milhões de conexões. A seção brasileira foi criada em 23 de dezembro de 2000.

Para acessar qualquer destas páginas de informação alternativa, o internauta deve ir ao sistema de busca Google (www.google.com), digitar o nome do site e depois clicar em busca direta.

A Indymedia do Brasil

As melhores coberturas que o Centro de Mídia Independente do Brasil (CMI) tem feito são sobre o movimento estudantil e os “novos movimentos”. Como o site nasceu ligado a esses movimentos, não é de surpreender que seja no CMI que vai ser encontrada a melhor cobertura sobre o que pensamos, o que fazemos e o que queremos os novos movimentos de ação direta e contra a globalização.

As palavras são de Pablo Ortellado, um dos colaboradores do Centro de Mídia Independente do Brasil, a seção brasileira da Indymedia, que foi concebida em meados de 2000 por ativistas ligados ao movimento antiglobalização em São Paulo. O site entrou no ar em dezembro de 2000 e desde então tem crescido em número de acessos e de voluntários, que são cerca de 200 em todo o país. Os voluntários mais comprometidos com o projeto se encarregam de produzir matérias, gerenciar o site e tocar projetos de vídeo, rádio e jornal.

O site também fez a cobertura do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. Lá estiveram mais de 30 voluntários brasileiros. Havia também muitos latinos (do Uruguai e da Argentina) e norte-americanos. De resto, havia gente de todo o mundo, do Zimbábue à Bélgica. Foi na página do CMI que pôde ser visto o que aconteceu nos eventos paralelos ao Fórum Social Mundial e nas manifestações em Porto Alegre, muito além do que os grandes meios de comunicação mostraram.

A página do CMI é um site de publicação aberta: quem publica as matérias que aparecem na coluna da direita são os próprios usuários do site. Existem vários coletivos espalhados pelo Brasil. Os mais estruturados estão no Rio, em São Paulo e Porto Alegre. Entre seus colaboradores estão desde estudantes secundaristas até estudantes de pós-graduação, arquitetos, físicos e jornalistas. Todos fazem trabalho voluntário e o tempo que dedicam ao CMI varia muito. Há desde os que aparecem uma vez por mês e dão uma mão, até os que trabalham quase em tempo integral, como Pablo Ortellado.

Pablo não sabe quantas visitas o site recebe normalmente. “Desde o dia 21 de abril do ano passado, quando o FBI entrou com um processo pedindo os logs que permitiriam identificar os 1 milhão e meio de acessos que a rede CMI teve e que acabaria com o direito à privacidade dos nossos usuários, decidimos não mais registrar os acessos. A história do motivo pelo qual o FBI pediu os logs é longa, mas basicamente ela foi motivada por uma matéria que tornava público o esquema de segurança durante os protestos de Quebec contra a Cúpula das Américas que iria discutir a Alca”, explica Ortellado.

“Se entregássemos os logs, e tivemos uma batalha judicial para impedir isso, o governo americano saberia exatamente quem acessou qual das nossas matérias e a que horas. Seria um atentado enorme contra a liberdade dos usuários. Por esse motivo não registramos

os logs.

Porém, durante os protestos em Gênova em julho do ano passado tivemos um problema com o software e registramos os logs por algumas horas. Fazendo um pouco uma projeção com os dados antigos e o que soubemos em julho, o CMI Brasil tem uns 3 mil acessos diários e uns mil usuários e durante as crises esse acesso triplica ou quadruplica”, diz Ortellado. Na rede global, são uns 600 mil acessos e 100 mil usuários, boa parte concentrada no site global que é administrado por um coletivo internacional. Mas, em tempos de crise, o número pode subir para até um milhão de usuários.

O CMI também analisa assuntos mais gerais. Assim, “o CMI foi um dos poucos veículos a dar visibilidade à ocupação Anita Garibaldi, a maior ocupação urbana da América Latina. E foi também o CMI o primeiro, salvo uma pequena nota aqui e ali, a mostrar que o governo de São Paulo montou uma agência de inteligência que monitora movimentos sociais sob os escombros do DOPS de forma tão inteligente que ganhou o apoio dos grupos de direitos humanos”, observa Pablo Ortellado.

No plano internacional, “era apenas no CMI que se percebia a verdadeira dimensão mundial dos protestos contra a guerra do Afeganistão. Antes que a Argentina entrasse em colapso, era no CMI que se podia ver o fenômeno dos piqueteiros, que seriam um dos catalisadores da crise”, conclui Ortellado.



livro

A revolução de papel

Coletânea de ensaios mostra a importância da imprensa na Revolução Francesa

Marcelo Lima

O jornalismo moderno surgiu há não muito mais do que 200 anos, apesar de a criação da imprensa de tipos móveis, no século XV (a invenção vistosa que fez McLuhan cunhar a expressão “Galáxia de Gutenberg”, referindo-se à revolução daquele período) ser considerada um fato muito mais importante pelo senso comum.

O que se entende hoje por jornalismo tem muito pouco a ver com as publicações dos primeiros anos da era gutenberguiana, ainda próximas aos regimes absolutistas, que representavam instituições engessadas e um jeito de governar autoritário e excludente. Voltadas para um público muito restrito, as publicações da época aristocrática reproduzem a intolerância dos regimes antidemocráticos e de uma sociedade que não dividia o saber.

A origem mais remota do jornalismo moderno — sua linguagem, seu papel social, sua técnica, sua corporação, sua filosofia — é a segunda metade do século XVIII, fruto da Revolução Industrial e da Francesa. As transformações econômicas e sociais desses dois movimentos é que ajudaram a engendrar a imprensa moderna. É simples mostrar por que isso ocorreu.

Com o progresso técnico, o crescimento das cidades, o aumento da população alfabetizada, a informação tornou-se moeda corrente da sociedade capitalista recém-inaugurada. A notícia é um produto à venda, capaz de mudar a vida das pessoas. Para tomar uma decisão sobre os rumos de seu negócio, o capitalista precisa saber o que está acontecendo à sua volta. E se informa lendo jornais.

A visão pragmática instaurada nos primeiros países do capitalismo industrial demandava um tipo de informação que fosse fatural e utilitária, mais ou menos como ocorre hoje no jornalismo. Tratava-se de um discurso que, aos poucos, ganhava autonomia.

A informação passou a ser tão importante para o homem moderno que o filósofo alemão Georg W. F. Hegel (1770-1831) afirmou, certa vez, que não saía de casa sem antes ter feito sua oração diária, matinal, que consistia na leitura dos jornais do dia.

O capital da informação é tão evidente nesse período que uma nova profissão florescia: a dos jornalistas, cujas técnicas de escrita e apuração se diferenciavam das dos romancistas.

O período de grande crescimento das publicações e do prestígio dos jornalistas foi registrado de forma magistral pelo escritor francês Honoré de Balzac

(1799-1850), que identificava, no romance “Ilusões Perdidas”, o poder dessa corporação, capaz de conquistar corações e mentes com palavras e estabelecer uma nova relação entre o público e a realidade.

E é sobre essa capacidade de conquistar o público e promover a transformação social que versa o livro “Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)”, Edusp, R\$ 35, 410 páginas, organizado pelos historiadores Robert Darnton e Daniel Roche, nomes geralmente associados à história da leitura.

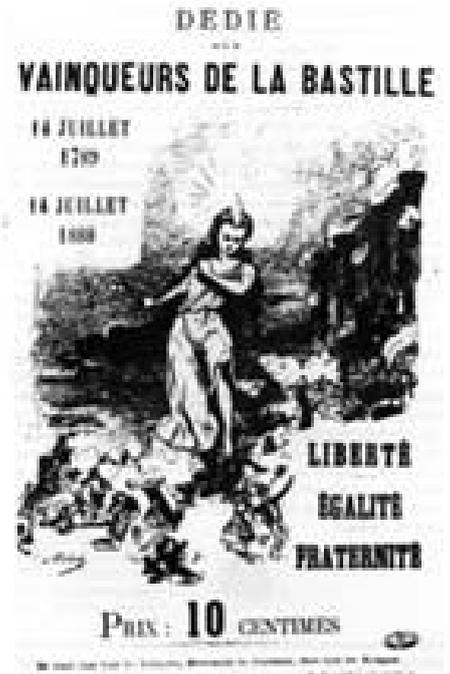
O livro é parte de exposição e projeto feitos na biblioteca pública de Nova York para comemorar o bicentenário da Revolução Francesa, no primeiro semestre de 1989. Assim como a exposição, o volume traz uma grande variedade de imagens de publicações que mostram a riqueza da imprensa revolucionária. São ilustrações de jornais, almanaques, emblemas, caricaturas, canções e uma grande variedade de páginas.

“Revolução impressa” evidencia que a Revolução Francesa foi decisiva para o desenvolvimento da imprensa — não apenas em relação ao jornalismo, mas também ao mercado livreiro. O contrário também é verdadeiro: não teria ocorrido Revolução se não houvesse uma complexa rede de informações — muitas vezes feita de forma ilegal, driblando a censura — que crescia à medida que os burgueses iam-se organizando.

O primeiro texto do livro, “A censura e a indústria editorial”, do francês Daniel Roche, fala exatamente disso. O ensaio mostra que, já no final do Antigo Regime, a produção de livros considerados proibidos era tão volumosa que os censores não tinham controle sobre ela, tornando-se, aos poucos, menos rígidos com o que era publicado.

Livros considerados subversivos, como os de Voltaire e de Rousseau, eram vendidos, às escondidas, por duas ou três vezes o preço de títulos comuns. O problema era tão sério que cerca de 30% dos prisioneiros da Bastilha cumpriam pena por terem desrespeitado as interdições impostas sobre a publicação de impressos.

A aristocracia tentava conter a imprensa, queimando livros e penalizando os responsáveis. “No entanto, enquanto essas obras ardiam em chamas, milhares de outras circulavam secretamente através dos canais do comércio clandestino de livros. Formavam a dieta básica da literatura para os leitores famintos de todo o reino”, explica Robert Darnton, no texto seguinte, “A filosofia por baixo do pano”.



Panfletos ilustrados baratos vendidos na primeira comemoração do 14 de julho, em 1880

Nesse texto, o historiador norte-americano conta que as obras consideradas subversivas eram, geralmente, rotuladas de filosóficas. Sob essa alcunha, circulavam tanto os livros propriamente filosóficos, quanto os pornográficos. Segundo Darnton, “liberdade e libertinagem demonstram-se vinculados”, na imprensa revolucionária.

Assim, a informação que era segredo dos nobres, passava a ser veiculada de forma intensa e mais livre no meio burguês. Cabia aos jornalistas abastecer esse novo mercado, procurando revirar, de cabeça para baixo, os segredos da aristocracia.

Por meio de pesquisas em documentos da época, Darnton descobriu que havia, pouco antes da Revolução, uma imensa rede clandestina que fazia com que as publicações circulassem. Além de livros, panfletos, canções, almanaques fizeram com que a liberdade de expressão fosse um dos artigos mais importantes da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Escrito numa linguagem direta, com muitas imagens, chegando às vezes a incomodar pelo seu didatismo, “Revolução Impressa” traz um panorama bastante completo da nascente imprensa revolucionária, responsável pela fixação de pressupostos importantes do jornalismo: a busca do esclarecimento e a luta pelo bem comum — valores que, diga-se, estão meio fora de moda na imprensa brasileira.

Marcelo Lima, 30 anos, é jornalista e professor

memória

Carlos Roberto Tavares

Faleceu dia 5 de fevereiro, aos 47 anos, o jornalista Carlos Roberto Tavares, diretor de redação da Tribuna do Paraná, vítima de infarto. Chamado carinhosamente de Charles, trabalhava na Editora O Estado do Paraná desde 1973, onde começou aos 17 anos como contínuo. Passou depois a diagramador e assumiu o cargo de diretor de redação em junho de 1987. Em 1990, acumulou as funções de diretor do Estado do Paraná e da Tribuna. Em 1997, resolveu dedicar-se inteiramente ao jornal mais popular.

Organizado, dedicado e perfeccionista, era apaixonado pelo que fazia. Chegava à redação às 11h30 e só saía entre 23h e meia-noite, quando o jornal fechava, pondo em prática sua criatividade, orientando os jornalistas e diagramadores. Tinha espírito de liderança e companheirismo. Mais que um chefe, era um amigo, lembraram colegas de redação no dia do seu sepultamento.

Segundo Rafael Tavares, sobrinho de Charles e novo diretor de redação da Tribuna do Paraná, a principal contribuição de Carlos Roberto Tavares para a imprensa do Paraná foi ter adotado uma linguagem próxima do leitor, simples mas sem ser desqualificada. “Charles sempre dizia que o jornal devia falar com o leitor como se o leitor estivesse falando com o repórter. Ele deu à Tribuna uma linguagem própria.”

“Charles conseguiu traçar, na Tribuna do Paraná, uma linha de trabalho na qual os crimes nunca iam chocar o leitor. Se uma foto não podia ser usada, pedia que fosse substituída por um

Arquivo O Estado do Paraná



desenho. A Tribuna dava tudo o que os outros jornais davam, mas a filosofia era que devia ser numa linguagem simples para o leitor entender”, explica Rafael Tavares.

Conhecedor das artes gráficas (graças à diagramação, praticada durante anos), Carlos Roberto Tavares deu cara nova à Tribuna. “Quando chegava o momento de fechar o jornal, ele sempre tinha uma idéia na cabeça para a primeira página”, comenta o novo diretor. “Muitos editores não têm noção de espaço. Ele tinha e conversava muito com o diagramador que fechava a capa do jornal. Trocava muitas idéias com os editores de polícia e esportes.”

“Certa vez, lembra-se Rafael Tavares, ele bateu quatro títulos e colocou em votação, para a redação escolher. Charles gostava de trocar idéias e aceitava sugestões. A vida dele era o jornal. Para ele, a redação era como um time de futebol. Costumava dizer que, se um atleta joga mal, isso afeta toda a equipe.”

Médicos do trabalho afirmam que a categoria dos jornalistas é a que menos se preocupa com a saúde. Rafael Tavares concorda que a dedicação de Charles ao trabalho contribuiu para que ele morresse ainda novo. “Com certeza, ele deixou a saúde um pouco em segundo plano, apesar dos avisos do pessoal da redação.”

Carlos Roberto Tavares era filho de Valdivino Tavares de Mello e Aparecida dos Santos Mello e nasceu em Alto Paraná, no noroeste do Estado, em 27 de maio de 1954. Deixou viúva Leila Gazal Tavares e os filhos Diogo, Rodrigo e Fernanda.

Pierre Bourdieu

Morreu no dia 23 de janeiro na França, aos 71 anos, o sociólogo Pierre Bourdieu, um dos mais ferrenhos combatentes contra o pensamento único na comunicação. Bourdieu é reconhecido como um dos grandes pensadores da sociedade contemporânea. Um de seus discípulos, Luís Pinto, lembrou que o trabalho do sociólogo representou “uma revolução simbólica” semelhante às que é possível encontrar em outras disciplinas, como Música, Pintura, Filosofia ou Física. Segundo Luís Pinto, Bourdieu trouxe à Sociologia uma “maneira nova de ver o mundo social, dando uma função principal às estruturas simbólicas”.

A educação, a cultura, a literatura e a arte, que foram seus primeiros temas de estudo, pertencem a este universo. Mas os meios de comunicação e a política, dos quais Pierre Bourdieu fez o seu campo de investigação privilegiado no fim de sua vida, também fazem parte desse enfoque. Foi a vontade de superar as “falsas antinomias” da tradição sociológica - entre interpretação e explicação, estrutura e história, liberdade e determinismo,

indivíduo e sociedade, subjetivismo e objetivismo - que deu à sociologia de Pierre Bourdieu a sua originalidade.

Dos *Herdeiros*, um de seus primeiros livros, publicado em 1964 com Jean-Claude Passeron, até as *Estruturas sociais da economia* em 2000, passando por *A distinção* em 1979 e a obra coletiva *A miséria do mundo* em 1993, para citar apenas alguns dos 25 livros que publicou, ele abriu um caminho de grande riqueza. Em 1993, o Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris lhe concedeu uma medalha de ouro, numa homenagem merecida, destacando que ele “regenerou a Sociologia francesa, associando permanentemente o rigor experimental à teoria baseada numa grande cultura em Filosofia, Antropologia e Sociologia”.

Dedicou suas últimas forças à luta contra o neoliberalismo. Esforçava-se em combinar a postura do sábio e do militante colocando seus conhecimentos científicos a serviço do seu engajamento político. Dizia-se preocupado em “fazer com que o saber saísse da cidadela da sabedoria” para oferecer bases

teóricas sólidas àqueles que tentavam entender e mudar o mundo contemporâneo.

Pierre Bourdieu considerava os meios de comunicação cada vez mais sujeitos a uma lógica comercial e os reprovava por darem a palavra a “ensaístas que falam muito e são incompetentes”. Escreveu, num artigo de 1999, que hoje os verdadeiros donos do mundo são os donos dos meios de comunicação. “O poder simbólico que, na maioria das sociedades, era distinto do poder político e econômico, hoje está reunido nas mãos das mesmas pessoas, que detêm o controle dos grandes grupos de comunicação.”

Bourdieu soube usar muito bem os meios de comunicação para difundir no espaço público suas idéias e sua obra. Ele sabia que esta esfera do espaço público era uma “caixa de ressonância” particularmente adequada para repercutir os problemas sociais de que ele se fazia o porta-voz. Procurava inserir sua ação na agenda da mídia, pois sabia que ela era a plataforma mais eficaz para fazer sua mensagem ouvida pelo maior número de pessoas.



projetos de comunicação & cidadania

Queremos “cair na boca do povo”!!!.

Participar da Feira de Mídia 2002 foi uma oportunidade para reforçar aos olhos dos profissionais de marketing e empresários os “produtos” deste departamento. Afinal, para realizar eventos como *Ciclo de Idéias* e *Liberdade de Imprensa* precisamos de parceiros que os patrocinem. E a Feira de Mídia funciona como uma vitrine.

Então, quando surge uma oportunidade como a Feira de Mídia, acho que devemos estar lá. Para mostrar que estamos desenvolvendo um trabalho sério, com muita responsabilidade no *Projetos de Comunicação*

José Suassuna



& Cidadania. E que as empresas que virem a ser parceiras, terão um retorno muito positivo, agregando sua marca aos eventos e outros serviços desenvolvidos aqui.

A Feira de Mídia foi muito movimentada. Nosso *stand* estava entre os mais *básicos*, digamos assim (são as nossas condições financeiras). Mesmo assim, ficou atraente, segundo opiniões do público. E, obviamente, o que mais chamou a atenção foi o *Ciclo de Idéias*. Claro que procuramos dar destaque e a busca de informações sobre a próxima edição do *Ciclo de Idéias* foi muito grande.

O 4º Ciclo de Idéias

Será? Será que teremos a quarta edição do Ciclo de Idéias?
É sempre assim? Será, que será? Até agora sim!
Será sempre assim? Sooooooroooo!
Afinal, o que é o tal de Ciclo de Idéias?
Para quem ainda não conhece: É um evento de cidadania. Não são palestras, é um espaço para bate-papo, troca de idéias e reflexão. É aberto ao público. Ou seja, é promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, para toda a comunidade. Com entrada franca.
Até o momento é o maior evento (10 dias de duração) promovido pelo Sindijor. Pessoal, participem! Assistam, questionem, divulguem, patrocinem!

Em nome do Ciclo de Idéias, agradeço :

*** Eugenia Romaniv, que aceitou trabalhar no stand *Projetos de Comunicação* (Feira de Mídia 2002), com o que o Sindijor pode oferecer como remuneração pelos quatro dias. Além disso, esta profissional foi uma das pessoas que teve o fabuloso espírito de parceria e auxiliou na recepção do 2º Ciclo de Idéias/2000 nos dez dias sem esperar remuneração. Felizmente, fazendo as contas no final, deu tudo certo para quem trabalhou na organização.

Aí, Eugenia !! Você é cidadã nota 10!!!



*** Luiz Gil de Oliveira (sócio diretor da *Abaeté Loca-Tour Transportes de Passageiros Limitada*), por seu espírito de parceria durante o evento 3º Ciclo de Idéias. A terceira edição, no assunto verba, foi complicada. Mesmo não sabendo quando receberia, foi super profissional e um grande amigo. Pois não ficou restrito apenas a levar e trazer os convidados com a sua

peculiar classe e gentileza, mas também ajudou durante o evento em tudo que pode.

Aí, Gil, Você é cidadão nota 10!!

*** Chris e Creso (empresários da *Enfoque Assessoria de Comunicação*). No 3º Ciclo de Idéias contribuíram com uma verba de R\$ 1.000 para amenizar um pouco as despesas do evento. Aí, Chris e Creso, vocês são cidadãos nota 10!

Na próxima edição desta página o assunto será *Responsabilidade Social das Empresas x Imprensa*

Quem deseja maiores informações ou quer acrescentar sugestões e críticas, envie e-mail para: Cida Mondini - ideia@sindijorpr.org.br - Projetos de Comunicação & Cidadania

foz do iguaçu

Embaixador debate blocos econômicos em Foz

Douglas Furiatti

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães estará em 26 de março em Foz do Iguaçu para discutir o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O diplomata vai debater as conseqüências dos blocos para o Brasil e outros países sul-americanos, já nítidas na crise da Argentina, seja sob os aspectos político, econômico ou social.

Guimarães dará ênfase à influência que a atual situação do país vizinho exerce sobre o Brasil, bem como outros aspectos relacionados à política e às relações internacionais. Promovido pela Delegacia de Foz do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, o evento será realizado no próximo dia 26, terça-feira, às 20h, na UDC.

Com 38 anos de carreira, passagem por órgãos como Sudene e Embrafilme, e cargos diplomáticos exercidos na França e Estados Unidos, Samuel Guimarães se mostra um ferrenho crítico da ALCA. Em entrevista à revista Caros Amigos, o embaixador se posiciona contrariamente à entrada do Brasil na Área de Livre Comércio. Em 2001, suas opiniões sobre o acordo lhe renderam a exoneração do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Itamaraty.



“Os americanos já propuseram uma área de livre comércio com os europeus, já propuseram o mesmo para os japoneses, e ninguém aceitou. Por quê? Porque sabem que saem perdendo na disputa com os Estados Unidos, dadas as condições do sistema americano, tão poderoso que detém a moeda de reserva universal, o dólar, tem todos os meios de

pressão, é o único país que tem realmente empresas multinacionais em todo o mundo, uma capacidade tecnológica extraordinária, investe em tecnologia o tempo todo através do sistema militar”, disse à revista.

Para o autor do livro Quinhentos Anos de Periferia, a aliança econômica com os EUA é um processo de recolonização da periferia, de forma indireta. “Quais são as características da colônia? Não pode ter armas, não pode ter política externa, não pode ter políticas econômicas internas, não deve ter moeda”, afirmou o embaixador.

Com vistas a um melhor entendimento dessas políticas internacionais e uma integração entre os jornalistas e comunidade, a Delegacia Sindical de Foz do Iguaçu contactou o diplomata brasileiro, que aceitou o convite para vir à fronteira.

Esta é a primeira promoção do ano da Delegacia de Foz do Iguaçu do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que reserva também futuras palestras nas áreas de jornalismo fotográfico, cinematográfico e impresso, além de outros benefícios em prol dos profissionais que atuam no mercado local e regional.

Douglas Furiatti é membro do Conselho de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná

Farsas com ares de verdade

Alexandre Palmar

A interferência do repórter numa pauta é um assunto que a maioria evita discutir com a seriedade exigida pelo tema. É constrangedor debater esta prática condenável, mas registrada de forma surreal em Foz do Iguaçu, com uma distorção da realidade capaz de levar leitores, telespectadores ou ouvintes ao Procon para reclamar contra notícia enganosa. Esse debate é oportuno diante de algumas cenas registradas na cidade nos últimos meses. Antes, faz-se necessário restringir a polêmica, pois do contrário seria preciso uma tese de doutorado para tentar esboçar uma conclusão. Embora os exemplos a seguir sejam triviais e corriqueiros, será possível perceber que determinadas condutas merecem ser repensadas.

Mulheres de soldados protestam em frente ao quartel do 14o Batalhão da Polícia Militar (BPM). Elas estão acampadas desde as 7 horas. O jornalista, de forma sutil, pergunta se o grupo poderia fechar a Avenida General Meira para valorizar a notícia. Simpáticas à idéia, as senhoras fecham a via por

poucos minutos, mas suficientes para o profissional sustentar a matéria dizendo que as “Mulheres de PMs fecham avenida em Foz”.

Depois de perceber a armação, é impossível não pensar na diferença entre “mulheres acampam em frente ao quartel” e “mulheres fecham avenida do quartel”. Já para o consumidor, as senhoras foram valentes, estavam revoltadas com o mundo. Ou foram irresponsáveis porque prejudicaram o trânsito. As interpretações são inúmeras.

Atitudes semelhantes a essas acontecem diariamente. Certa vez um repórter sugeriu que o acusado de roubo segurasse o produto roubado para “sintetizar a cena”. A imagem pôde ser encarada como a prova de um crime ainda não julgado. Outro repórter pediu para o comandante da PM deslocar o helicóptero, que estava no heliporto, até o gramado do quartel só para mostrar que a aeronave seria usada num arrastão policial.

Em Foz, tais abusos estão longe de ser punidos, mas em São Paulo um caso - digamos menos problemático - virou objeto de discussão na coluna do ombudsman da Folha de S. Paulo, Bernardo

Ajzenberg. Ele descobriu que uma foto publicada na primeira página do jornal, edição de 19 de junho, foi montada. Nela, aparece um homem encolhido, com frio, embaixo de um termômetro de rua, na Avenida Paulista, que marcava 11 graus. Depois de descoberta a fraude, o autor da cena montada foi penalizado. Essas atitudes são descabidas para uma imprensa em que a maioria dos profissionais busca a ética como horizonte.

O limite para a intromissão numa reportagem é mínimo (a possibilidade remete a uma outra contenda). Em condições normais, cabe ao profissional - ou à sua equipe - ser bom observador.

Como disse Ajzenberg, numa crítica à redação da Folha de S. Paulo, essas atitudes têm a ver com “artes plásticas, publicidade, com o que for, menos com jornalismo. E não importa se tratava-se de assunto supostamente “menor”, como a temperatura da cidade. É questão de princípio”. Quem discorda poderia seguir a carreira de diretor de cinema.

Alexandre Palmar é vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná



rádio corredor

A Gazeta Mercantil voltou a contratar em Curitiba. Além dos três jornalistas que permaneceram na redação após a demissão da maioria da redação, agora trabalham na sucursal da Gazeta Valmir Denardin, ex-repórter da Folha de Londrina, e Cynthia Calderon. Sérgio Garschagen, que já foi diretor da Gazeta Mercantil em Curitiba, é agora o editor executivo. Como diagramadores foram contratados Alexandre Victorino Nunes e Danielle Sasaki.

Quase todos os jornalistas que a Gazeta Mercantil Paraná demitiu inexplicavelmente em novembro do ano passado já encontraram novos caminhos profissionais. Nilson Monteiro, que montou e chefiou a equipe, é agora o superintendente de Comunicação da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Sílvio Oricolli, que era editor adjunto, foi contratado como repórter especial pela Folha de Londrina e é articulista da Agência Rural. Adriano Koehler está trabalhando na assessoria de imprensa da Tim Celular. José Aparecido Marinho voltou a dar aulas na Uniandrade, em três disciplinas: Telejornalismo, Redação Jornalística e Técnica de Reportagem, Entrevista e Redação. Marcelo Almeida leciona Fotografia, Matérias Expressivas e dá curso para alunos de Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas na FAP - Faculdade de Artes do Paraná. Larissa Jedyne trabalha como frila, Josiane Schulz (ex-correspondente em Londrina) casou e foi morar em Brasília, e Rosely Vargas encontra-se no Rio Grande do Sul e sonha ir trabalhar como jornalista na Argentina. Como o Extra Pauta já noticiou, Lorena Aubrif Klenk trabalha como pauteira e Fernando Scheller foi contratado como repórter da Gazeta do Povo.

Aurélio Munhoz, de O Estado do Paraná, e Luciana Antoniucci, professora na Universidade Tuiuti do Paraná, iniciam em março mestrado na Universidade Federal do Paraná em Sociologia Política. Sílvia Calciolari, assessora do vice-prefeito de Curitiba Beto Richa, e Mira Graçano, apresentadora da TV Paranaense, Canal 12, começam no mesmo período e na mesma Universidade estudos de Sociologia das Organizações.

Carmen Célia, professora na Universidade Tuiuti do Paraná, concluiu um curso de aperfeiçoamento na UFPR em Jornalismo Agrobusiness e agora faz mestrado de Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina.

Celsina Favorito, da assessoria de imprensa da UFPR, está fazendo doutorado na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, na área da Ciência da Comunicação. Lá já se encontra Walter

Schmidt, da Gazeta do Povo, que cursa mestrado em comunicação.

O jornalista Sérgio Henrique Schmitt, assessor regional de comunicação e marketing na Emater/PR em Londrina, criou e editou a agenda e almanaque Turismo Rural Paraná 2002, uma publicação inédita na área de turismo. Sérgio Henrique começou a obra há seis anos, com uma revisão de literatura e viagens pelo interior do Paraná e do Brasil e pelo exterior. A agenda foi editada em convênio com a Editora Grafmark e contou com a colaboração promocional do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). A publicação tem uma tiragem de 5 mil exemplares e se destina a empreendedores de turismo do campo e do interior, acadêmicos e docentes dos cursos de turismo, monitores, secretários municipais e técnicos que atuam no setor turístico, além de ser um guia de orientação aos profissionais e veículos de comunicação do Paraná. Pode ser encontrada na Livraria Chain e em todas as unidades regionais da Emater/PR.

Entrou no ar a Agência RS, agência pública de notícias do Rio Grande do Sul. O serviço foi criado pela Casa 6 Comunicação, empresa paranaense dos jornalistas Heros Schwinden e Eledovino Basseto, que tem em seu portfólio o guiaparana.com.br. No RS será administrado pela PRK EVentos e Marketing Digital do grupo WBI Brasil, empresa especializada em consultoria estratégica em e-business. A Agência RS funciona como banco gratuito de releases enviados por jornalistas, assessorias de imprensa, ONGs e empresas. O site traz um passo-a-passo para as empresas interessadas em publicar seus textos no serviço. Para isso, a empresa interessada precisa tornar-se uma fonte cadastrada da agência. Os releases são enviados a partir de um sistema de publicação. Maiores informações no site www.agenciars.com.br

Osni Bermudes Junior assumiu a chefia da assessoria de imprensa da Risotolândia. Osni Junior já havia prestado serviços de imprensa e edição nos jornais da empresa durante quase cinco anos, por meio da sua OBJ Consultoria. Agora põe literalmente a "mão na massa" como profissional contratado. Osni Bermudes Junior foi escolhido como Destaque em Comunicação Empresarial do Ano na edição Melhores do Ano do Diário Popular, em decorrência do trabalho desenvolvido como assessor de imprensa da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-PR), reformulando a coluna da entidade na Gazeta do Povo e dando maior visibilidade a seus eventos e ações.

Os jornalistas Adilson Faxina e Gláucio Roberto Dias (ex-Fonte Segura) e Samuel Estevam Reuse (ex-Gazeta do Povo) somaram forças na Editora Fonte de Comunicação. A empresa - especializada em editoração de boletins e jornais - tem como carro-chefe o jornalismo do suplemento Rodapé e do Caderno Imobiliário, ambos da Gazeta do Povo.

Rafael Tavares de Mello é, desde 3 de março, o novo diretor de redação da Tribuna do Paraná. Ocupa o cargo que durante muitos anos foi exercido por seu tio, Carlos Roberto Tavares, falecido no dia 5 de fevereiro.

A Gazeta recebeu no começo de fevereiro os jornalistas que trabalhavam no Primeira Hora. Até agora, nove pessoas já assumiram funções no jornal. A maioria, no lugar de pessoas demitidas no fim de janeiro.

Na pauta, estão trabalhando duas das recém-chegadas. Daniela Neves já havia feito a mesma função no PH. Na época do fechamento do diário, no entanto, já havia voltado para a reportagem. Era a responsável pela maior parte das coberturas políticas.

Nádia Schiavinatto também começou a trabalhar na pauta da Gazeta. O cargo não é novo para ela. Antes de ser chamada para trabalhar como editora de variedades no jornal que fechou, era lá que ela estava.

Na economia, a novata é Deise Roza. A repórter, que ficou durante um ano como editora assistente do PH, assumiu a página de Direitos do Consumidor e ajuda nas matérias diárias do caderno econômico.

Dois repórteres ficaram com a parte policial da Gazeta. Ricardo Sabbag e Rodrigo Lopes, que também trabalhavam na mesma função quando estavam no Primeira Hora, substituíram a veterana Mara Cornelsen.

O esporte ficou com André Gonçalves e Eduardo Nunes. O Caderno G ganhou Luís Pellanda, que integrava o caderno de Variedades do Primeira Hora. O editor de Comunidade do PH, Ricardo Medeiros, assumiu como editor assistente do primeiro caderno da Gazeta.

Do pessoal demitido pela Gazeta do Povo e pelo Primeira Hora, alguns já conseguiram novas colocações. É o caso de Milena Miziara, que voltou para a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública. Ela havia saído de lá no fim do ano passado para começar no PH. João de Santa foi contratado pela TV Educativa. Andréa Ribeiro entrou para a Calvin Entretenimento. Mara Cornelsen voltou à editoria de polícia e segurança pública da Tribuna do Paraná, onde já havia trabalhado 17 anos. (Colaborou Rogério Galindo)

Novos convênios

Sport Clinic

Fisioterapia, Hidroterapia, Nutrição, Ortopedia, Traumatologia, Clínica Médica, Geriatria, Cardiologia, Reeducação Muscular e Reabilitação Física

Preços especiais para sindicalizados: Consulta médica R\$ 25, Fisioterapia R\$ 20, Hidroterapia R\$ 20 e Reeducação Física e muscular R\$ 25
Av. Presidente Arthur Bernardes, 186 - Curitiba (41) 274 8561

Esquema Internacional

Desconto de 20% na matrícula para filiados do Sindicato dos Jornalistas.

-Cursos no Exterior
-Intercâmbio cultural
-Pré-intercâmbio

Rua Dr. Faivre, 115 conjunto 2 - Curitiba (PR)
Fone (41) 264-9796
Esquema@esquema.com.br
www.esquema.com.br

Outros convênios

Clínica Millennium - FONOAUDIOLOGIA - 50% de desconto para jornalista com carteira da FENAJ. Avaliação fonoaudiológica. Atendimento com as fonoaudiólogas Cristiane Barbosa Mendes e Suzanne Bettega Almeida. Mais informações na Rua Acyr Guimarães 166, Batel. Fone 244-2509

Clínica Gross - 20% de desconto no pacote de 10 sessões de tratamento de fisioterapia dermatológica (estética), realizados com o fisioterapeuta Nelson Alves dos Santos Filho. Localizada na Avenida Presidente Affonso Camargo, 4623. Fone: 366-5234.

CFC Cristo Rei - O Centro de Formação de Condutores Cristo Rei está oferecendo 10% de desconto para jornalistas que apresentarem a carteira da FENAJ no curso para tirar carteira de motorista e/ou moto. Esta promoção estende-se também aos filhos de jornalistas. Rua Nilo Cairo, 8 - Fone: 324-7141

BARES & RESTAURANTES

Café Curação - Na apresentação da carteira de jornalista, não é preciso pagar a entrada. O bar funciona de segunda à sábado. Na quinta-feira, a entrada é de R\$ 5 para mulheres e R\$ 7 para homens. Sextas e sábados, R\$ 7 para mulheres e R\$ 10 para homens. Os preços podem mudar quando há festas especiais ou outros eventos. Rua Senador Xavier da Silva, 210. Fone 224-6086. O convênio também é válido para o Curação Guaratuba, que só abre nos feriados e durante o verão.

Jockey Lounge Bar - Na apresentação da carteira de jornalista, não é preciso pagar a entrada. O desconto não será dado em dias de eventos especiais. Rua Victor Ferreira do Amaral, 2291, Taramã. Fone 365-5050

Bar Brahma - Desconto de 10%, apenas para o portador da carteira de jornalista. (Av. Getúlio Vargas, 234, esquina com R. João Negrão, fone 224-1628)

Shima Restaurant - Desconto de 10%. (R. Pres. Taunay, 892, fone 224-3868).

Monsenhor Fast Grill - Desconto de 15%. Aberto de 2ª a 6ª para o almoço. (R. Monse-nhor Celso, 270 - Centro)

ACADEMIAS

Aquática - Desconto será de 50% na anuidade e 15% na mensalidade, além da isenção do valor da matrícula, que é de R\$ 30,00. O convênio é válido para natação, musculação e hidroginástica. Rua Antonio Grade, 563, no Mercês, fone 335-1310

Academia Kine - Ginástica com orientação, Nutrição e Fisioterapia. Desconto de 20%. R. Mauá, 706 B, Alto da Glória. Fone 253-3841. Funciona das 8 às 20h30min todos os dias.

CURSOS

Instituto Cultural Brasil-Argentina Desconto de 50% na matrícula e 30% na mensalidade para os cursos Espanhol Dinâmico Intensivo e Espanhol Dinâmico Semi-Intensivo. Fones: 252-0332, 254-5006 e 343-6435. Site www.softone.com.br/icba

Centro Cultural Brasil Portugal - Desconto de 10%. Cursos de português e de literatura brasileira e portuguesa. Rua Paula Gomes, 325 - Centro. Fone 232-5406.

Microcamp Mercês - Desconto de 30% para o Curso Integrado Teens e 10% para o curso VIP, além de 5% de desconto no caso de promoções em que os descontos já mencionados sejam concedidos a todos os alunos.

SAÚDE

Clínica Santa Cecília - Consultas médicas a R\$ 25 em todas as especialidades. Desconto de 10% em exames radiológicos. Odontologia com desconto de 45% sobre o preço da tabela da ABO. Descontos também em exames laboratoriais, fisioterapia e psicologia. Fones: 41 225-2627 e 08004126000.

Good Life - Serviços de Odontologia, Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Massoterapia. Descontos e tabelas especiais, de acordo com sua necessidade. Endereços: R. Padre Agostinho, 2800, fone 335-4362 (Odonto e Fono); Av. Silva Jardim, 266, fone 233-2577 (Fisio); R. Padre Anchieta, 1826, 2º andar, conj. 212, fone 335-5954 (Medicina) e R. Princesa Isabel, 927, fone 233-3192 (Psico e Massoterapia).

Ao Seu Alcance - A Clínica Odontológica Ao Seu Alcance oferece serviços com até 30% de descontos na tabela do Conselho Regional de Odontologia. R. Voluntários da Pátria, 475/conj. 301-A, fone 232-0166.

Psicologia Infantil e Psiquiatria - O psiquiatra Vítor Ciupka e as psicólogas infantis Suzane Ciupka e Denise Ciupka Yamaguti oferecem descontos especiais para os jornalistas. Mais informações pelo telefone 41 336-7308.

Consultório de Psicologia - Al. Princesa Isabel, 420 - Centro - Curitiba/ PR. 50% de desconto no preço da consulta, na apresentação da Carteira de Identidade de Jornalista. Atendimento psico-terapêutico individual de adultos e adolescentes. Mais informações: 41 223-7748 e 233-7074.

tabela de preços

SALÁRIOS DE INGRESSO OUT 2001 a 2002

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador,	
repórter fotográfico e repórter cinematográfico	1.184,63
Editor	1.539,98
Pauteiro	1.539,98
Editor chefe	1.776,95
Chefe de setor	1.776,95
Chefe de reportagem	1.776,95

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas. O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Redação	
Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	63,62
Mais de duas fontes:	50% a mais
Edição por página	

Tablóide	82,40
Standard	98,73

Diagramação por página	
Tablóide	41,20
Standart	56,20
Revista	30,63
Tablita / Ofício / A4	20,93

Revisão	
Lauda (1.440 caracteres)	16,58
Tablóide	34,63
Tablita	26,12
Standard	72,41

Ilustração	
Cor	98,3
P&B	65,46

Reportagem fotográfica - ARFOC	
Reportagem Editorial	
Saída cor ou P&B até 3 horas	149,65
Saída cor ou P&B até 5 horas	280,95
Saída cor ou P&B até 8 horas	314,65
Adicional por foto solicitada	28,24
Foto de arquivo para uso editorial	224,78

Reportagem Comercial/Institucional	
Saída cor ou P&B até 3 horas	298,08
Saída cor ou P&B até 5 horas	530,33
Saída cor ou P&B até 8 horas	707,21
Adicional por foto	56,20

Reportagem Cinematográfica	
Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante	
Saída até 3 horas	81,97
Saída até 5 horas	131,03
Saída até 8 horas	215,35
Adicional por hora	32,73

Foto de arquivo para uso em:	
Anúncio de jornais	486,87
Anúncio de Revista e TV	524,50
Capa de Disco e Calendário	674,46
Outdoor	1033,27
Cartazes, Folhetos e Camisetas	337,22
Audiovisual até 50 unidades	711,89
Audiovisual acima de 50 unidades	à combinar
Diária em reportagem que inclui viagem	412,89
Reportagem aérea internacional	à combinar
Hora técnica	65,46

Observações importantes:	
A produção (filme, laboratório, hospedagem, transporte, seguro de vida, credenciamento, etc.) é por conta do contratante; Na republicação, serão cobrados 100% do valor da tabela; A foto editorial não pode ter Utilização comercial.	



imagem

Filho do fotógrafo Gibi Penas, da Foto Avenida, Kraw Penas no início não se interessava muito por fotografia. Só começou a trabalhar em estúdio por volta dos 16 anos, como office-boy, e passou a curtir mais o aspecto publicitário. Aos 22 anos começou a fazer lay-outs, trabalhar com traços e fotografar. A primeira agência em que trabalhou foi a Meta Propaganda. Depois se transferiu para a Exclam. Em seguida foi trabalhar no estúdio fotográfico de S. J. Vieira, lidando com assistência de estúdio e fotos maiores. Passou ainda por outros estúdios.

Foi então que começou a trabalhar em jornal, no Indústria & Comércio. Usando o que havia aprendido na atividade anterior, procurava conhecer o assunto para produzir a foto, tentando fazer com que ela desse mais vida à matéria. O que ele aprendeu com publicidade o ajudou muito nessa tarefa. Kraw gostou da nova atividade e já atua no fotojornalismo há 18 anos.

Em seguida foi para a Folha de Londrina, para cobrir o colunismo social, e ali ficou nove anos. “Os repórteres fotográficos não gostam muito dessa área, por causa dos horários, geralmente noturnos. Eu aceitei o desafio”, comenta Kraw. “Não me concentro nas mesmas pessoas de sempre. Com isso, acabei participando da pauta e fazendo fotos muito boas. E as pessoas também curtem muito”, explica ele. “Antes, os fotógrafos faziam fotos de pessoas em grupo ou sozinhas, em pose. Eu privilegiei o flagrante, procurando fazer fotos diferentes. E acabei me dando bem. Depois adaptei esse estilo a política, economia, cidades e geral, tentando sempre fazer algo diferente. A foto trabalha junto com a matéria. Gosto de fazer reportagem, de produzir uma notícia ou documentar um fato. Mas o que faço mais é colunismo social, pois trabalhei principalmente nesta área e me adaptei melhor a ela”, explica Kraw.

Entre os repórteres fotográficos nacionais, Kraw aprecia as fotos de Marlene Bérghamo, da Folha de S. Paulo. No plano internacional, o francês Henri Cartier-Bresson e o norte-americano Ansel Adams são seus preferidos. “Bresson é coração e olho. Adams, com suas paisagens e técnica apurada, é mais cabeça e olho”, segundo Kraw Penas. “Em Curitiba também há muitos bons repórteres fotográficos. As pessoas precisam prestar mais atenção nas fotos e ver os créditos”, ele conclui.

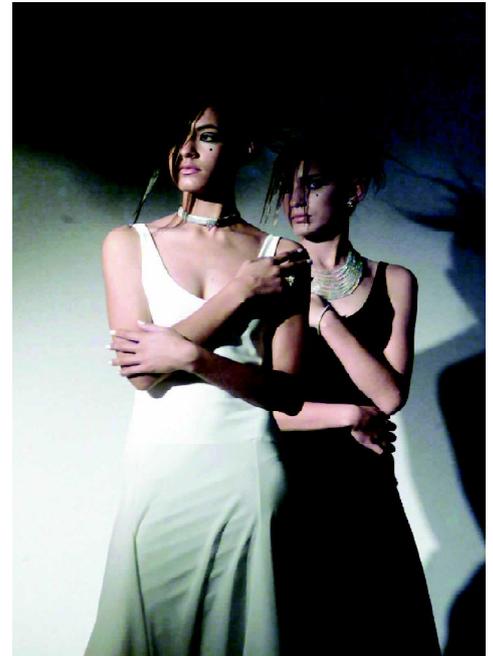


Pacientes aguardando atendimento durante greve no HC

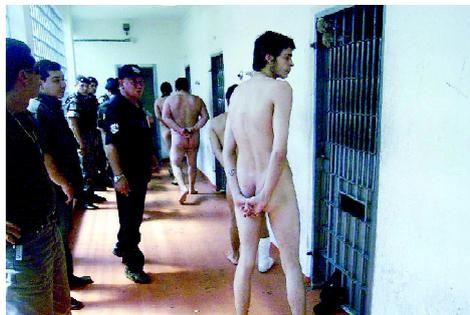
A foto sempre diferente



Confronto entre policiais e estudantes durante manifestação contra a venda da Copel



Apresentação de jóias em desfile do I Gold Fashion



Policiais revistam celas após tentativa de fuga de presos do Centro de Triagem, em Curitiba

Kraw Penas

